

ALICIA MARIANI LUCIO LANDES DA SILVA

**CONDUTAS, COOPERAÇÃO E ESCOLHA:  
O Serviço de Orientação Educacional no Colégio Estadual do Paraná (1968-1975)**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nadia Gaiofatto  
Gonçalves

CURITIBA

2007

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela oportunidade de adquirir conhecimento.

Aos meus pais, por abrirem um mundo de possibilidades ao me educarem com carinho e atenção. Vocês são presentes preciosos em meio viver.

Ao meu esposo Anderson, que sempre cuidou de mim com amor e paciência, entendendo minhas ausências e horas em frente ao computador. Amo você.

À minha querida orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nadia Gaiofatto Gonçalves, que prontamente aceitou orientar-me e compartilhar seus saberes. Sou grata pela sua atenção e disposição.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Gizele de Souza, que aceitou o convite de dar seu parecer a este trabalho. Muito obrigada por suas leituras e contribuições.

A todos os professores da 7<sup>a</sup> turma do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico.

Aos funcionários do Colégio Estadual do Paraná, que me receberam com carinho e disponibilizaram as fontes para esta pesquisa.

Às amigas que levo em meu coração após dois anos de estudo: Leocádia, Melissa e Tirzá; a amizade de vocês foi um bem precioso que este curso me proporcionou.

**Ao meu esposo Anderson.  
Aos meus pais José e Claudete.**

## RESUMO

A Lei 5.692/71 trouxe várias modificações para o sistema educacional brasileiro. Em seu artigo nº 10, fixou a obrigatoriedade do Serviço de Orientação Educacional nas escolas, que incluísse aconselhamento vocacional, em cooperação nas relações entre professores, família e comunidade. Sabe-se que durante os anos de 1968 a 1975, o Brasil passava por um momento marcante de sua história decorrentes das medidas governamentais da Ditadura Militar. Este estudo volta-se para o Colégio Estadual do Paraná (CEP), considerado uma instituição educacional de referência, com ensino de qualidade, demonstrando ser uma escola padrão para as demais do Estado paranaense. Por entender que a Orientação Educacional foi um departamento importante do CEP, e que propiciou envolvimento direto de alunos, professores e pais, escolheu-se como objeto desta pesquisa o Serviço de Orientação Educacional do CEP para compreender como o Colégio lidou com as determinações da Lei 5.692/71 no que se refere a esse Departamento. Para tanto, delimitou-se o recorte temporal de 1968 a 1975, justificado como período de transição para a nova lei, bem como a sua adaptação. Dentro desse objetivo maior, pretendeu-se conhecer quais foram as mudanças que a Lei de 1971 trouxe para a Orientação Educacional, analisar as formas de atuação do SOE do CEP e verificar como os projetos desse serviço atendiam às orientações da Lei. Este trabalho está dividido em três capítulos, com os seguintes títulos: 1. A Orientação Educacional: Origens e Orientações Legais; 2. A Orientação Educacional no Colégio Estadual do Paraná (1968-1975); 3. Estratégias de atuação: condutas, cooperação e escolhas. No primeiro capítulo, verifica-se como surgiu a Orientação Educacional pelo processo de industrialização nos Estados Unidos do início do século XX. Verifica-se que inicialmente a Orientação Profissional tinha seu foco voltado para o ensino profissionalizante e contava com duas principais correntes de pensamento: a norte-americana (*educational guidance*) e a francesa (*psychologie scolaire*). Mais tarde no Brasil duas concepções se fizeram presentes: a Tradicional e a Liberal Escolanovista. Também são discutidas as normatizações da legislação brasileira em relação à Orientação Educacional. O segundo capítulo apresenta as funções e atividades da Orientação Educacional no Colégio Estadual do Paraná em dois momentos separados pela Lei 5.692/71 (1968 a 1970 e 1971 a 1975). O terceiro capítulo traz uma análise mais ampliada das estratégias de ação desenvolvidas pela Orientação Educacional do Colégio Estadual do Paraná entre os anos de 1971 a 1975, enfocando os aspectos referentes a condutas dos alunos, cooperações entre escola e família e escolhas vocacionais ou profissionais.

Palavras-chave: Educação, Lei 5.692/71, Orientação Educacional.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: ORIGENS E ORIENTAÇÕES LEGAIS</b> .....	09
1.1 A Orientação Educacional: origens, concepções e influências no Brasil.....	09
1.2 A implementação da Orientação Educacional no Brasil.....	12
<b>2 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (1968-1975)</b> .....	18
2.1 Colégio Estadual do Paraná: funções do Serviço de Orientação Educacional.....	18
2.2 Antes da Lei 5.692/71: principais atividades do Serviço de Orientação Educacional.....	21
2.3 Estratégias e projetos: implementação da Lei 5.692/71.....	25
<b>3 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: CONDUTAS, COOPERAÇÃO E ESCOLHAS</b> .....	28
3.1 Orientando condutas: verificando comportamentos.....	29
3.2 “Um processo de cooperação”: o envolvimento de pais na escola.....	33
3.3 Por escolhas “conscientes”: a Orientação Vocacional.....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>FONTES</b> .....	43
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	45
<b>ANEXOS</b> .....	48

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que os anos que abrangeram o período da ditadura militar no Brasil foram marcados por diversas transformações políticas, econômicas, sociais e também educacionais. A partir da implantação do regime militar em 1964<sup>1</sup>, o Brasil passou por um extenso período de violenta repressão política. Têm origem os instrumentos legislativos de exceção: os Atos Institucionais. Segundo Cecília Coimbra (2001), a repressão acompanhada de tortura já vinha acontecendo desde o golpe de 1964, no entanto, somente com o AI-5 é que uma maior escala de opositores políticos foram torturados, muitos até a morte, sendo enterrados como indigentes, instalando no governo um verdadeiro clima de terrorismo firmado na política do silenciamento e extermínio.

Como aponta Guiraldelli (1992), a expressão “Ditadura Militar” foi utilizada pelos opositores do regime e de início rejeitada pelos militares, que insistiam em vincular o regime de governo à imagem de uma democracia. Mas, por fim, o próprio general João Batista de Oliveira Figueiredo chamou o regime de 64 de ditadura militar e o termo acabou adotado pelos militares pós-1964.

Esse período também foi denominado “Revolução de 64”. Guiraldelli (1992) defende, entretanto, que sociologicamente o período em questão não representou uma revolução, pois em 64 não ocorreu uma verdadeira ruptura revolucionária, ou seja, a estrutura da sociedade brasileira não mudou. O que aconteceu foi um rearranjo na sociedade política e civil, com ascensão de uma diferente classe dominante ao comando do governo. Isso não gerou uma efetiva mudança no modelo econômico do país, pois o golpe procurava gerar uma mudança política que desse continuidade àquele projeto econômico.

O estudo sobre a Ditadura Militar no campo da abordagem histórica pode ser considerado recente. Essa temática ficava reservada anteriormente a estudos voltados às questões políticas e sociológicas. Conforme Fico (2004), a literatura sobre o golpe de 64 e o regime militar ficou marcada por duas fases. A primeira se subdivide em dois gêneros. O primeiro inspirado pela vertente norte-americana da Ciência Política, na qual os estudiosos

---

<sup>1</sup> A ditadura militar estendeu-se no período compreendido entre os anos de 1964 até 1985. O regime foi implantado por meio do golpe de 1º de abril de 1964, empreendido pela alta cúpula militar. Os militares ocuparam o cargo oficialmente em 15 de abril de 1964, na figura do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

procuravam marcar, explicar e classificar termos e situações que nunca chegaram a um debate profundo sobre o período estudado. Queriam apenas responder questões como: Seriam os militares uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou estariam a serviço de determinados grupos sociais? Um único modelo teórico daria conta de explicar, por exemplo, os regimes militares latino-americanos? Haveria alguma singularidade no caso brasileiro?

O segundo gênero seria caracterizado pela marca memorialística, que aconteceu, sobretudo com o incentivo e patrocínio da política do governo de Ernesto Geisel. Carlos Fico relata que:

Foi essa memorialística que constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos. Do ponto de vista oficial, livros como os de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil de Castelo Branco, e de Daniel Krieger, líder do governo no Senado, serviram para construir o perfil do primeiro general-presidente como "moderado" e "legalista". Pouco tempo depois saíam os de Jayme Portella de Mello e Hugo Abreu, destacando diferenças que desmentiam a unidade militar. Do lado da esquerda, depoimentos como os de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis – que foram grandes sucessos editoriais – contribuiriam para a mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada "luta armada" – expressão que, diga-se, traduz mal as descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e seqüestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas. (2004, s/p)

A segunda fase de estudos sobre a ditadura militar tem boa parte de sua produção produzida sob o viés da Nova História, assim se afastando aos poucos da influência do marxismo e da segunda fase dos *Annales*. Os historiadores da chamada Nova História afastaram-se, conseqüentemente, de conceitos como "estrutura econômica" ou "estrutura social" e passaram a se preocupar com questões que ultrapassassem uma perspectiva meramente teórico-conceitual, alcançando os campos do cotidiano, das emoções, das mentalidades, entre outras possibilidades, que não pretendiam se firmar como narrativas de verdades absolutas, mas como leituras "saborosas"<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior. O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível,

No que se refere às questões educacionais, também há autores que se debruçam sobre esse tema. Cunha, por exemplo, acredita que o período da Ditadura Militar gerou no meio educacional dois sentimentos: desespero e apatia. O desespero de alguns resultou no abandono do magistério e dos estudos, indo até mesmo ao limite da luta armada. A apatia de outros gerou “desleixo para com o ensino, no cinismo docente, tendo como contrapartida o desinteresse para com o estudo, expresso pela atitude estudantil de repetir o que o professor espera mesmo o absurdo e o injusto, desde que a promoção estivesse assegurada” (1988, p. 40).

Linhares descreve que na década de 1960 ocorreram mudanças nas quantidades de matrículas dos níveis de escolaridade. O ensino superior teve um crescimento em torno de 356%, o segundo grau cresceu 275%, de 5ª. a 8ª. séries o crescimento foi de 238% e as primeiras séries do 1º. grau aumentaram 64%. Essa porcentagem gerou subseqüentemente, nas décadas de 1970 e 1980, uma “crise de vocações”, fazendo que cursos do 2º. grau e instituições do 3º. grau fossem muito procuradas, porém, esse abarrotamento estava vazio de discussões proveitosas e de opinião formada sobre o que é ser, e como ser um professor do 1º. grau, procurava-se mais os níveis mais altos de estudo, mas cada vez menos interessante era ingressar no magistério. (LINHARES, 1997)

Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024/61, confirmou-se o que a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 já havia proposto: a formação de professores primários se daria em dois níveis.

---

cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final do período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas. Como boa parte dos trabalhos sobre a economia foi gerada na área própria, sobressai como interesse dos historiadores a temática da arte e da cultura, como já dito. Mas a grande presença de teses e dissertações sobre os movimentos sociais urbanos talvez indique a transição entre o antigo predomínio acadêmico do marxismo e a voga em torno da “Nova História” – haja vista que o enfoque predominante entre os trabalhos sobre o movimento operário, sindicatos etc. é o marxismo e seus influxos. Porém, mesmo nesse campo, é sintomático que algumas teses sobre o movimento operário, sobretudo as defendidas a partir do ano 2000, apresentem abordagens típicas da “Nova História”, como a memória e as práticas culturais ou o recurso a fontes não-convencionais, como a charge. Já entre os estudos que privilegiam a arte e a cultura, sobressaem as análises sobre a música (10 trabalhos de um total de 27), mesmo sem considerarmos outros dois sobre o tropicalismo, caso queiramos conceder que a corrente foi algo mais do que música. Abordagens sobre literatura e TV foram três, cada; sobre o teatro há apenas dois trabalhos. (FICO, 2004, s/p.)



Os professores regentes do chamado ensino primário se formariam em escolas normais de grau ginásial (Cursos Normais Regionais), em quatro anos de estudo, devendo cursar as disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial e aprofundar-se nas disciplinas referentes à preparação pedagógica. Podia-se também obter o título de professor primário pelas escolas de grau colegial e nos institutos de educação, em três anos de curso.

Uma novidade acrescida pela Lei de 1961 referiu-se aos cursos de especialização ministrados nos institutos de educação. Além do curso de especialização de administrador escolar, já previsto na Lei Orgânica do Curso Normal, surgiram cursos de aperfeiçoamento, para que os institutos pudessem formar professores para o ensino normal. (MIGUEL, 2000)

Com o Parecer nº. 252/69, do Conselho Federal de Educação, o trabalho do pedagogo foi dividido em várias habilitações, algumas até dispensando formação docente. Havia um debate para fechamento do Curso Normal, encaminhando os futuros professores diretamente para o superior em Pedagogia, para que as vagas na universidade precisavam ser ampliadas. Porém, não era de interesse do governo democratizar o ensino superior; naquele momento a maior preocupação estava em habilitar os professores universitários, ou seja, abrir cursos de pós-graduação que gerassem professores ideologicamente formados para atuar no ensino superior.

Foi nesse ambiente que surgiu a Lei 5.692/71, que viria, segundo Guiraldelli, em conformidade em muitos de seus aspectos com a Lei 4.024/61, e também com os interesses do Estado, tanto que ela não sofreu nenhum veto presidencial. Conforme o autor:

A Lei 5.692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61. De fato, o regime de 64 não veio para efetivar uma ruptura econômica com o regime anterior, mas veio para efetivar uma ruptura justamente para o favorecimento da continuidade do modelo econômico. A legislação não encontrou motivos para não refletir tal continuidade. De fato, a Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino de 1º e 2º graus expostos nos “fins da educação” da Lei 4.024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania” (1992, p. 181-182)

Segundo Warde (1989), na década de 1970 a procura pela habilitação ao magistério caiu assustadoramente. O ensino normal, que era o mais procurado no ramo técnico-profissional, acabou por ficar descaracterizado e passou a ocupar apenas uma das alternativas

de cursos, entre outros tantos ofertados. Verifica-se que o curso estava habilitando somente nominalmente, pois na prática os professores recém-formados não se encontravam capazes de fazer o mínimo que sua profissão exigia: ensinar as técnicas da escrita, leitura e cálculo.

Ao invés de contribuir para uma melhor adequação ou organização no modelo escolanovista presente na época, essa habilitação não corrigiu distorções presentes nas práticas escolares, mas originou novos problemas.

É preciso considerar que essa descaracterização também afetou a vida do professor profundamente. O problema salarial que já vinha se arrastando ganhou proporções maiores, seu poder de negociação diminuiu, a categoria profissional desestruturou-se, tornando-se alvo de intervenções policiais.

O poder aquisitivo do professor diminuía cada vez mais. Linhares lembra que “a feminização da carreira do magistério também foi aproveitada para um maior rebaixamento salarial, que era a resposta que o governo dava ao aumento do contingente de professores” (1997, p. 78).

Oliveira (2002) em contraposição a outros autores já citados, como Guiraldelli, acredita que não podemos nos ater a estudos simplistas que definem o professor como coitado ou vítima do sistema. Eles foram sujeitos ativos que fizeram o que estava presente nas suas possibilidades acadêmicas e nas condições históricas concretas e objetivas. Não se trata de negar a repressão, tão enfatizada por outros autores, mas destacar que apesar de não haver um consenso em torno das idéias do governo, o Estado também contava com algum apoio entre a população.

Para esse autor, as reformas educacionais de 1968 e 1971 foram processos de “consolidação hegemônica” que ocorreram em meio a divergências, antagonismos, embates e conciliações. Por isso estudar somente categorias e configurações estruturais, não deixa espaço para conhecer e estudar as características do período no que se refere à cultura brasileira. Por isso ele se contrapõe a Guiraldelli, que acreditava numa “continuidade” das leis. Segundo Oliveira (2002):

Parece-me que é também negada a historicidade da elaboração da reforma educacional da ditadura quando se aponta a continuidade entre o texto das várias reformas aprovadas – Lei 5.540/68 e Lei 5.692/71 – e a ordem socioeconômica gestada a partir de 1964. Creio que é o mínimo que se espera de um regime que pretende ampliar e consolidar o seu domínio, e a

política educacional é pedra de toque nessa empreita. Dessa maneira, absurdo seria se não houvesse uma certa organicidade entre as reformas educacionais e o modelo econômico. Mas: é importante destacar que as “vitórias” encetadas pelo regime militar foram expressão de um período de extrema ebulição política e de uma profunda reorganização cultural no Brasil. (OLIVEIRA, p.65)

Naquele mesmo momento histórico, o Colégio Estadual do Paraná (CEP) era considerado uma instituição educacional de referência. O CEP procurava transmitir a imagem de uma instituição que ofertava ensino de qualidade, com um sistema organizado, ou seja, uma escola padrão para as demais do Estado. E esse seria um momento propício para reforçar seu modelo padrão.

Entende-se que a Orientação Educacional é uma parte muito significativa da escola, pois seu trabalho envolve diretamente alunos, professores e pais. Assim, escolheu-se como objeto desta pesquisa o Serviço de Orientação Educacional do CEP para compreender como o Colégio lidou com as determinações da Lei nº 5.692/71 no que se referem a este Departamento. Para tanto, delimitou-se o recorte temporal de 1968 a 1975, justificado como período de transição para a nova lei, bem como a sua adaptação. Pretendeu-se ainda conhecer quais foram as mudanças que a Lei de 1971 trouxe para a Orientação Educacional, analisar as formas de atuação do Serviço de Orientação Educacional (SOE) do CEP e verificar como os projetos do SOE atendiam às orientações da Lei.

Para atender aos objetivos da pesquisa, foram elencadas algumas documentações necessárias para contemplar aspectos diversos sobre a temática a ser analisada. Para tanto, foram selecionados os seguintes tipos de fontes: legislações, regimentos escolares, projetos de orientação educacional, anuários estatísticos do colégio, entre outros.

Acreditamos que o debruçar-se sobre as fontes legais não seja um retorno à pesquisa tradicional, mas um olhar diferenciado sobre a ação do Estado e as finalidades da educação. Faria Filho nos lembra que em torno da legislação existe um emaranhado de práticas e representações que constituem objetos de investigação histórica, contribuindo no entendimento do fenômeno educativo. Além disso, tal “entendimento resgata, a um só tempo, duas dimensões importantes: a primeira, o caráter histórico e político da legislação e a segunda relaciona-se, mais uma vez, com os sujeitos responsáveis por essa intervenção social” (1998, p. 111).

As fontes escolares foram encontradas no arquivo geral do Colégio Estadual do Paraná, em seu museu interno bem como no chamado “arquivo morto”. Teve-se acesso aos documentos com acompanhamento das funcionárias, que nos acompanhavam durante a seleção do material, anotando tudo o que era retirado e devolvido. As fontes encontradas na escola possibilitaram a aproximação das fontes legais com as práticas escolares, ou pelos menos as intenções que ambas procuravam manter por meio de representações e estratégias.

Como representações tomam-se por suporte as reflexões de Roger Chartier (1990), segundo quem a representação, apesar de aspirar uma universalidade fundada na razão, é forjada e determinada segundo interesses do grupo que a estabelece. Por isso, ao analisar tal representação, deve-se ter em conta o estudo dos discursos proferidos e a posição de quem os utiliza.

A investigação sobre as representações<sup>3</sup> deve sempre considerar que elas estão colocadas num campo de concorrências e competições onde os desafios são gerados pelo poder e pela dominação. Assim como as lutas econômicas (que foram por tanto tempo estudadas pelos historiadores), é muito importante compreenderem-se as lutas de representação, a fim de se elucidarem os mecanismos de imposição de um grupo que pretende impor o seu domínio, seus valores e suas concepções.

O termo “estratégias” é utilizado pelo Serviço de Orientação Educacional do CEP como sendo formas ou medidas de atuação para se fazer cumprir os objetivos dos projetos propostos. Nesta pesquisa, além desse sentido mais prático, entendem-se estratégias no espaço das relações culturais em que vive o sujeito ordinário, em que existem trajetórias e circunstâncias que sugerem a tomada de *estratégias* e *táticas*. Certeau chama de estratégia “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (1994, p. 99). A estratégia postula ser possível que um lugar seja *algo próprio*, ou ser a base de um local de onde se possam construir relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças, como exemplo a administração de uma escola, a qual

---

<sup>3</sup> Existe uma distinção entre representação e representado e entre signo e significado, no entanto todos esses termos procuram fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão o que a aparência representa ou “que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe” (CHATRIER, 1990, p. 21). Nessa medida a noção de representação pode ser confundida com a de imaginação, pois é pela imaginação que se “faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é” (1990, p.22).

procura racionalizar uma estratégia para distinguir o seu lugar como ambiente próprio de poder e querer. Em outras palavras a estratégia “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto capaz de servir de base de uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (1994, p.46).

Este trabalho está dividido em três capítulos com os seguintes títulos: 1. A Orientação Educacional: Origens e Orientações Legais; 2. A Orientação Educacional no Colégio Estadual do Paraná (1968-1975); 3. Estratégias de atuação: condutas, cooperação e escolhas.

No primeiro capítulo verifica-se como surgiu a Orientação Educacional através do processo de industrialização nos Estados Unidos do início do século XX. Verifica-se que inicialmente a Orientação Profissional tinha seu foco voltado para o ensino profissionalizante e contava com duas principais correntes de pensamento: a norte-americana (*educational guidance*) e a francesa baseada na *psychologie scolaire*. Mais tarde no Brasil duas concepções se fizeram presentes: a Tradicional e a Liberal Escolanovista. Também são discutidas as normatizações da legislação brasileira em relação à Orientação Educacional. O segundo capítulo apresenta as funções e atividades da Orientação Educacional no Colégio Estadual do Paraná em dois momentos, separados pela Lei 5.692/71 (1968 a 1970 e 1971 a 1975). O terceiro capítulo traz uma análise mais ampliada das estratégias de ação desenvolvidas pela Orientação Educacional do Colégio Estadual do Paraná entre os anos de 1971 a 1975, enfocando os aspectos referentes a condutas dos alunos, cooperações entre escola e família e escolhas vocacionais ou profissionais.

## CAPÍTULO 1 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: ORIGENS E ORIENTAÇÕES LEGAIS

### **1. 1 A Orientação Educacional: origens, concepções e influências no Brasil**

Com a industrialização e os avanços tecnológicos e industriais do final do século XIX surgiu a necessidade de orientar pessoas profissionalmente. A variedade de profissões e o grande número de vagas em serviços especializados levaram o trabalhador a ocupar cargos específicos que compactuassem com suas diferenças individuais, habilidades e capacidades. No início do século XX, nos Estados Unidos da América, a Orientação Educacional (ainda no sentido profissional) surgiu com o objetivo de orientar estudantes para uma escolha profissional. No entanto, a partir da relação direta com o educando, foi sentindo-se a necessidade de se ampliar o atendimento, voltando a ação no sentido de superar inseguranças e dificuldades refletidas na vida pessoal e social.

Acredita-se que a Orientação Educacional no âmbito profissional tenha surgido em São Francisco (EUA) no ano de 1895 e em Boston no ano de 1898. Frank Parson teria sido um dos principais teóricos do assunto, escrevendo duas obras amplamente divulgadas, *Bureau of Vocational Guidance*, de 1908 e *Choosing a Vocation*, de 1909. Seus estudos estavam firmados na psicologia e nas teorias psicomotricistas, as quais serviram de modelo para a orientação profissional até aproximadamente os anos de 1950, dando espaço para as teorias desenvolvimentistas da orientação educacional.

Com o passar dos anos verificou-se a necessidade de levar a prática da Orientação profissional para o ambiente escolar, pois como estava sendo “realizada fora da escola passa a ser solicitada a atuar no interior desta, como forma de orientar os alunos nos planos de estudo e carreira conforme aptidões de cada um. Esta orientação receberá o nome de escolar” (PIMENTA, 1991, p. 21).

Dentro desta perspectiva surgiram duas grandes correntes de pensamento. Uma era a norte-americana (*educational guidance*), que se tornou presente em diversas escolas secundárias, assumindo um papel de relevância a ponto de se formar um departamento específico dentro da escola, com diversos profissionais independentes do corpo docente. A

outra corrente era a francesa, baseada na *psychologie scolaire*, que se desenvolveu nas escolas com o cunho de psicologia escolar como forma de conhecimento sobre a criança e a escola. O orientador neste viés era chamado de psicólogo escolar e a orientação era feita exclusivamente a partir da aplicação de testes. O psicólogo escolar teria a tarefa de elaborar um dossiê para o arquivamento de informações sobre a criança, que serviria de subsídio para a aproximação com os pais e professores.

Segundo Pimenta, as experiências norte-americana e francesa, apesar de serem modelos operacionalmente diferentes, estão assentadas na mesma concepção de sociedade (todo orgânico no qual os indivíduos devem se ajustar). No entanto, como ressalta a autora, quando os orientadores brasileiros transplantaram esses modelos, desconsideraram que a realidade dos sistemas escolares entre os países possuía diferenças, sobretudo na organização da escola pública brasileira (1991, p. 26).

A Orientação Educacional no Brasil também foi marcada por essa concepção funcionalista de influência da psicologia humanista e do movimento escolanovista, que enfatizava o papel da escola na mudança social. Com a psicologia humanista, o foco da Orientação Educacional era colocado sobre o indivíduo, privilegiando a liberdade pessoal e a troca de vivência em grupos, de forma que a orientação fosse não-diretiva. Já o movimento escolanovista focava a importância do grupo, realizando técnicas grupais para valorizar as relações de convivência, respeito, aceitação, valores e liderança, direcionando as condutas que deviam ser praticadas pelos indivíduos fora da sala de aula.

Apesar de alguns métodos, técnicas ou instrumentos serem diferentes, as finalidades básicas da orientação educacional não se modificavam, além do que as técnicas de orientação individual ou grupal podiam ser usadas concomitantemente na prática escolar. Mais à frente se verificará a presença dessas concepções nas atividades realizadas pelo Serviço de Orientação Escolar do Colégio Estadual do Paraná.

Pimenta nos fornece um quadro no qual se podem visualizar as diferenças entre a psicologia humanista, considerada por ela uma concepção liberal tradicional da educação e da escolanovista, classificada, segundo seu critério, de liberal:

QUADRO 1 – CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO: Liberal Tradicional e Liberal Escolanovista

Concepção de Educação	Liberal tradicional	Liberal escolanovista
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação psicológico/emocional</li> <li>• Orientação escolar</li> <li>• Orientação familiar</li> <li>• Orientação vocacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação psicológico/emocional</li> <li>• Orientação de estudos</li> <li>• Orientação vocacional</li> <li>• Orientação do lazer</li> <li>• Orientação social</li> </ul>
Métodos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação individual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação de grupo</li> </ul>
Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo do aluno</li> <li>• Estudo de caso</li> <li>• Aconselhamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessão de orientação de grupo</li> <li>• Estudo da classe</li> <li>• Atividade extraclasse</li> <li>• Representação de classe</li> <li>• Conselho de alunos</li> </ul>
Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação</li> <li>• Entrevista</li> <li>• Questionário</li> <li>• Autobiografias</li> <li>• Fichas</li> <li>• Testes psicológicos</li> <li>• Testes sociométricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas</li> <li>• Testes sociométricos</li> <li>• Questionário</li> <li>• Lista de dificuldades</li> </ul>

Fonte: PIMENTA, 1991, p. 28.

Bennett prefere diferenciar a orientação educacional em três fases distintas. A primeira, curativa, teria o objetivo de cuidar dos indivíduos de forma a ajustá-los nos ambientes escolar e profissional. A segunda, preventiva, trabalhando com práticas de higiene mental como possibilidade de prevenir a falta de adaptação, trabalho que alcançaria todos os indivíduos. E a última seria uma fase desenvolvimento que pretendia levar o aluno ao conhecimento e desenvolvimento de si próprio no que se refere às atitudes, aptidões, amadurecimento (físico, mental, social), construindo progressivamente autoconceitos, auto-avaliação, autodireção e auto-realização. Nessa concepção, portanto:

A orientação é um processo sistemático, contínuo, complexo; é uma assistência profissional realizada através de métodos e técnicas pedagógicas e/ou psicológicas, que levam os educandos ao conhecimento de suas características pessoais e das características do ambiente sociocultural, a fim de que possam tomar decisões apropriadas às perspectivas maiores de seu desenvolvimento pessoal e social. Como processo teleológico que é, a Orientação objetiva o desenvolvimento pleno do indivíduo, o que efetivamente, dependerá das escolhas que ele fará no transcurso de sua existência. (PENTEADO, 1976, p.2-3)



## 1.2 A implementação da Orientação Educacional no Brasil

As primeiras aparições da orientação educacional no Brasil ocorreram em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, quando era feito um trabalho com o objetivo de selecionar e orientar os alunos matriculados naquela instituição. Esse tipo de orientação começou com o professor Roberto Mange (engenheiro suíço contratado pelo governo brasileiro) auxiliado por Henri Pieron e sua esposa. Anexada ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, Roberto Mange fundou a Escola Profissional de Mecânica com o objetivo de aplicar novos métodos de ensino profissional. Esse ensino se tornaria um Centro de Formação do Pessoal Ferroviário, ligado por acordos estabelecidos com as principais estradas de São Paulo (Cia. Paulista, E. F. Sorocabana, São Paulo Railway e Cia. Mojiana), que enviariam anualmente dois aprendizes para estudar em São Paulo. Em decorrência desses acordos:

Em 1930, sob a direção de Roberto Mange e de seu colaborador Ítalo Bologna, na Estrada de Ferro Sorocabana, inicia-se um serviço de sistematização de seleção, orientação e formação de aprendizes, que eram mantidos por aquela estrada de ferro junto às oficinas de Sorocabana, em São Paulo. Em 1934, observa-se a criação do Centro Ferroviário do Ensino de Seleção Profissional (CFESP), centro ligado aos cursos mantidos pela estrada de ferro. (NÉRICI, 1992, p.28)

Pode-se dizer que o CFESP foi um pioneiro na orientação profissional no Brasil, utilizando a psicotécnica para realizar processos de seleção.

O primeiro serviço de Orientação profissional no Brasil surgiu em São Paulo no ano de 1931, implementado pelo professor Lourenço Filho. Esse serviço continuou na responsabilidade do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo na direção da professora Noemi Silveira Rudolfer. Em 1933 foram instituídos cursos vocacionais, pelo Código do Estado de São Paulo, voltados para a educação escolar. Procurava-se orientar profissionalmente os alunos do ensino primário que estavam ingressando no ensino médio.

Apesar de algumas escolas brasileiras terem uma prática, ainda que tímida, sobre Orientação Educacional, a primeira a instalar um Serviço de Orientação Educacional foi a Escola Amaro Cavalcanti, em 1939, porém desde 1934 ela já utilizava métodos de orientação. Em 1938, o Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP) criou em âmbito nacional uma subdivisão destinada à Orientação Educacional. Neste momento a Orientação Educacional não

tinha delimitado suas funções, acreditava-se que ela era a “panacéia de todos os fracassos educativos”, tendo um cunho remediador e pragmático. A Orientação Educacional não possuía características específicas dentro do processo educacional, por isso continuava ligada à orientação pedagógica. Ainda com objetivos amplos, a Orientação Educacional estava destinada “ao conhecimento do aluno, à orientação profissional e à formação integral da personalidade como um todo. Os objetivos eram bem abrangentes, envolvendo atividades extracurriculares, o relacionamento entre pais e mestres e até o controle disciplinar” (NÉRICI, 1992, p.29).

Em 1939, sob a égide do Estado Novo e com as preocupações sobre o trabalho, surgiu a necessidade de formação de mão-de-obra especializada para indústria. Assim o Governo Federal, representado por uma comissão interministerial, regulamentou o Decreto-lei nº 1.238<sup>4</sup>, de dois de maio de 1939 que tratava entre outros assuntos dos cursos de aperfeiçoamento profissional. Depois de muitas experiências, principalmente voltadas para a área profissional, a expressão Orientação Educacional é oficializada no Brasil com o Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), lei que introduziu a orientação educacional no ensino secundário, estabelecendo em seus artigos que:

Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional valor no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica.

Vemos neste artigo a função da orientação educacional de privilegiar as questões voltadas para o ensino profissionalizante, além de ser de sua responsabilidade que o estudo e o descanso dos alunos fossem assegurados com “conveniência pedagógica”. Outras medidas

---

<sup>4</sup> Este Decreto-lei teve como relator o professor Joaquim Faria Góes Filho.

semelhantes foram tomadas no ensino comercial (Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943) e no ensino agrícola (Decreto-lei nº 9.693, de 20 de agosto de 1946). No entanto, a formulação mais clara sobre a orientação educacional estava na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.424, de nove de abril de 1942) ao decretar:

Art. 80 – Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino secundário, Orientação Educacional.

Art. 81 – É função da Orientação Educacional, mediante a necessária observação, cooperar, no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com sua família.

Art. 82 – Cabe ainda a Orientação Educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições de maior convivência pedagógica.

Sob a direção do psicólogo Emilio Mira Y. Lopes, surgiu em 1947 o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). A instituição localizada no Rio de Janeiro preocupava-se com as questões da orientação, oferecendo estudos, preparação de pessoal qualificado, instrumentos e padronização de testes.

A partir da década de 1950 sentiu-se a necessidade de preparar melhor os profissionais da orientação educacional e discutir os aspectos da profissão no âmbito nacional, já que os manuais inspirados no *educational guidance* e na *psychologie scolaire* não atendiam a realidade brasileira. Em 1952 foi publicado o primeiro Manual de Trabalho dos Orientadores Nacionais, que pretendia conceituar as modalidades da orientação educacional. Nesse período foram realizados seminários e simpósios<sup>5</sup> sob a supervisão da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES), na direção de Gildásio Amado.

A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) fixou normas para a formação do orientador educacional de ensino médio e primário. A partir desta lei verificou-se a falta de profissionais habilitados para o exercício desta profissão, por isso em 1962 o Conselho Federal de Educação publicou o Parecer nº 79,

<sup>5</sup> Os eventos realizados foram: I – Simpósio de Orientação Educacional, realizado em São Paulo, cujo tema foi “Implantação da Orientação Educacional nas Escolas Médias”, em 1957; II – Simpósio de Orientação Educacional, realizado em Porto Alegre, cujo tema foi “Organização e Estrutura da Orientação Educacional”, em 1958; I – Seminário de Orientação Educacional, em Nova Friburgo, cujo tema foi “Organização dos Programas dos Cursos de Orientação Educacional”, em 1959; II – Seminário de Orientação Educacional, em São Paulo, cujo tema foi “Formação do Orientador Educacional”, em 1960; III – Simpósio de Orientação Educacional, no Recife, cujo tema foi “A Orientação Educacional e a Escola”; Encontro de Supervisores dos Cursos de Orientação Educacional, realizado no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e no Recife, em 1962. (NÉRICI, 1977, p. 17)

que sugeriu exames de suficiências para beneficiar a formação e o registro de orientadores educacionais. Ainda em 1962 a Portaria nº 137 (06/06/1962) e o Parecer nº 374 (Conselho Federal de Educação) previam, respectivamente, medidas de emergência como prova de suficiência para habilitar pessoal e fixação de um currículo mínimo para o Curso de Orientação Educacional. Com a Portaria nº 159 (14/06/1965), ficaria fixado que os Cursos de Orientação Educacional (em nível superior) teriam uma duração média anual de 810 horas.<sup>6</sup>

A próxima medida legislativa sobre a orientação educacional se deu com a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que ao prever sobre o exercício da profissão do orientador educacional declarou que:

Art. 1º. – A Orientação Educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 5º. – Constituem atribuições do orientador educacional, além do aconselhamento dos alunos e outros que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas de Orientação Educacional.

Quando esta lei se refere às “opções básicas” subentende-se que sejam as escolhas profissionais futuras, além das formas de conduta e desenvolvimento de um cidadão enquadrado na sociedade de um modo “integral e harmonioso”.

O coroamento da Orientação Educacional nas instituições escolares ocorreu com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, quando essa lei instituiu a obrigatoriedade da orientação em seu art. 10, ao firmar que “Será instituída, obrigatoriamente, a Orientação Educacional, incluindo Aconselhamento Vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade”. Além de ser obrigatória, a orientação deveria estar voltada também para o aconselhamento vocacional, ou seja, as formas de investigação de aptidões para determinados ramos profissionais deveriam ser ampliadas, até mesmo para atender as novas exigências dessa lei, que implantava mais fortemente o ensino profissionalizante nas escolas brasileiras. No quadro abaixo, vê-se como o decreto nº 72.846/73 definia o exercício da função de orientador educacional:

---

<sup>6</sup> O Instituto de Educação do Rio de Janeiro abriu o primeiro curso para orientadores educacionais para o ensino primário em 1964, turma que se formou em dezembro de 1966.

**QUADRO 2 – DECRETO Nº 72.846/73 E O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE ORIENTADOR EDUCACIONAL**

<p><b>Privativo ao exercício da profissão de Orientador Educacional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Licenciados em Pedagogia, possuir diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos, com habilitação em Orientação Educacional.</li> <li>- Portar diploma ou certificado de orientador educacional de cursos de pós-graduação, de estabelecimentos oficiais, reconhecidos e credenciados pelo Conselho Federal de Educação, que poderiam ser licenciados de diferentes cursos superiores.</li> <li>- Diplomados em Orientação Educacional em escolas estrangeiras, desde que os títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.</li> </ul>
<p><b>Sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É assegurado o direito de exercer a profissão de orientador educacional aos formandos que tenham ingressado antes da vigência da Lei nº 5.692/71, na forma do art. 63 da Lei nº 4.024/61, em todo o ensino de 1º e 2º graus. Estes profissionais só podem exercer a profissão após: registrar diplomas ou certificados no Ministério da Educação e Cultura e registrar-se profissionalmente no órgão competente do Ministério da Educação e da Cultura.</li> </ul>
<p><b>Atribuições privativas do Orientador Educacional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar e coordenar a implementação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em relação à escola e a comunidade, ou dos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.</li> <li>- Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.</li> <li>- Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.</li> <li>- Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação educacional.</li> <li>- Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.</li> <li>- Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.</li> <li>- Coordenar o acompanhamento pós-escolar.</li> <li>- Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.</li> <li>- Supervisionar estágios na área de Orientação Educacional.</li> <li>- Emitir pareceres sobre matéria concernente a Orientação Educacional.</li> </ul>
<p><b>Outras atribuições do Orientador Educacional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade.</li> <li>- Participar do processo de caracterização da clientela escolar.</li> <li>- Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola.</li> <li>- Participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos.</li> <li>- Participar no processo de avaliação e recuperação de alunos.</li> <li>- Participar no processo de encaminhamento e acompanhamento de alunos e estagiários.</li> <li>- Participar no processo de integração escola-família-comunidade.</li> <li>- Realizar estudos e pesquisas na área de Orientação Educacional.</li> </ul>

Com a Lei nº 5.692/71 ampliou-se a atuação do orientador educacional, levando-o a um campo de ação mais integrado com os demais sujeitos escolares e à comunidade, ou seja, ele teve suas atividades voltadas para as relações interpessoais, além de ser o indicador das decisões profissionais do aluno. Por último, verificamos o Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973, que veio regulamentar a Lei nº 5.564/68, que previa o exercício da profissão de orientador educacional, como se viu no quadro esquemático apresentado.

Muitas eram as funções do orientador educacional. Primeiramente não poderia ser qualquer pedagogo, mas sim um especializado na área e que tivesse seu diploma registrado no Ministério da Educação e Cultura. Ele era o responsável por informar os alunos sobre as diversas profissões existentes, sondar os interesses e aptidões, indicar o caminho do futuro trabalhador, ou seja, do aluno que estava prestes a escolher uma profissão para exercer na sociedade. O orientador escolar poderia realizar aconselhamentos, organizar o Serviço de Orientação Educacional de sua escola e ministrar aulas relacionadas com a Teoria e Prática da Orientação Educacional, dessa forma também exercendo o papel de professor. E ainda participaria de vários processos ocorridos dentro e fora do ambiente escolar, tendo a função de integrar aluno–professor–escola–família–comunidade. A missão do orientador educacional era das mais amplas, tendo muitas responsabilidades e por isso necessitando de organização para executá-la. Dessa forma, ao analisar a legislação, têm-se em foco as leis como práticas ordenadoras das relações sociais, levando em conta seu caráter histórico e político, bem como os sujeitos responsáveis por essa intervenção social (FARIA FILHO, 1998, p. 111), neste caso, o orientador educacional.

O próximo capítulo tratará como o Colégio Estadual do Paraná atendeu as orientações da legislação vigente entre os anos de 1968 a 1975.

## CAPÍTULO 2

### A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (1968-1975)

#### **2.1 Colégio Estadual do Paraná: funções do Serviço de Orientação Educacional**

O Colégio Estadual do Paraná foi criado pela Lei nº 33 de março de 1846, da Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo então presidente Manuel da Fonseca Lima e Silva, com o nome de Liceu de Curitiba, que posteriormente foi mudado para Liceu Paranaense. Com a Lei Provincial nº 456 de 12 de abril de 1876, o Liceu passou a ser denominado Instituto Paranaense e pelo Decreto Estadual nº 3 de 18 de março de 1892 teve a denominação de Ginásio Paranaense, sendo equiparado ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II)<sup>7</sup>.

A Lei Orgânica nº 8.659 de 5 de agosto de 1911 desoficializou o ensino secundário e superior no Brasil, no entanto, o Ginásio Paranaense não interrompeu suas atividades letivas, que voltaram a fazer parte do regime oficial federal pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915.

Em 1918 o CEP passou a oferecer ensino em regime de internato e externato, sob administração única, e por isso passou a se chamar Ginásio Paranaense Externato e Internato, voltando em 1942 à denominação de Ginásio Paranaense<sup>8</sup>. Recebeu o nome de Colégio Estadual do Paraná pelo Decreto Estadual nº 1.859, de 25 de março de 1943, estando ainda sob as diretrizes do Colégio Pedro II. Somente em 1962 (Lei estadual nº 170, de 12 de dezembro), é que o Colégio Estadual do Paraná passou a ser órgão da Secretaria Estadual de Educação e

---

<sup>7</sup> Equiparar ou comparar um colégio com o Colégio Pedro II era um sinal de excelência no ensino e muitas escolas procuravam essa comparação. No Diário Oficial do Paraná de 22/05/1962 foi publicada a Portaria nº 1749, na qual era publicado o plano para alteração dos currículos do Colégio Estadual do Paraná e a exposição de motivos para tal mudança. Como justificativa e embasamento encontra-se a seguinte exposição: "O procedimento resulta de dados aferidos na observação diuturna dos métodos educacionais e se inspira no mesmo tratamento dado, ao problema, pelos órgãos de Educação mais tradicionais do País, dentre os quais se destaca, por maior evidência histórica, o Colégio Pedro II, estabelecimento padrão do Ensino Médio, em cuja pragmática tanto se inspirou o presente plano". (ESTADO DO PARANÁ. **Diário Oficial**. Curitiba, 22 de maio de 1962, p. 8). Ou seja, os colégios estaduais procuravam no Colégio Pedro II um modelo de credibilidade para seu ensino.

<sup>8</sup> Mudança provocada pelo Decreto Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, em consonância com o Decreto Lei nº 4.245 e com o Decreto Estadual nº 614 de 10 de junho de 1942.

Cultura (SEEC), adquirindo autonomia administrativa e financeira em 1964. Porém, com a Lei Estadual nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, passou a atuar em regime especial, com autonomia relativa, pois ficou subordinado hierárquica, técnica e administrativamente ao Diretor da SEEC, dependendo da aprovação deste para realizar alterações referentes ao CEP<sup>9</sup>.

Mesmo antes da exigência da Lei nº 5.692/71 de que todos os estabelecimentos educacionais tivessem um serviço de Orientação Educacional, o CEP já contava com esse trabalho. O Parecer nº 205/69 do Conselho Estadual de Educação, que aprovou o Regimento Escolar do CEP, regulamentou que o Departamento de Docência passaria a se chamar Departamento Educacional<sup>10</sup>, responsável pela organização didático-pedagógica do Colégio. Para bem desempenhar suas funções estava dividido em: a) Diretor de Departamento; b) Assessoria de Planejamento, Pesquisa e Avaliação; c) Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica; Orientação Educativa e Vocacional; Educação Física e Desportos; Docência e d) Serviços Gerais.

Sobre a Orientação Educativa e Vocacional, o anteprojeto de Regimento escolar previa em seu art. 27 que esta seria responsável por:

Entrosamento com Associação de Pais e Professores; organização de testes para orientação vocacional-profissional entrosada com a secção de formação especial da Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica; cursos, palestras e conferências por especialistas nas áreas de educação sexual, higiene e educação sanitária, etiqueta, relações humanas, dinâmica de grupo (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Anteprojeto Regimento**, s/d<sup>11</sup>).

Em outro documento, também Regimento Interno não datado, mas que provavelmente seja do ano de 1975, nos fornece em seu art. 11 a descrição de que “Cabe a Secção de Orientação Educacional a coordenação, o planejamento, o controle e a avaliação das atividades de orientação educacional, vital e profissional do educando, bem como as ligadas à integração escola/família/comunidade”.

<sup>9</sup> Para saber mais sobre a história do Colégio Estadual do Paraná ver: STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná: 1846-1993**. Curitiba: Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, 1993.

<sup>10</sup> Decorrente do processo de implementação da Lei nº 5.692/71 houve mudanças nas nomenclaturas dos setores educacionais do CEP. A Divisão Educacional passou a ser chamada, a partir de 29 de junho de 1973, de Departamento Educacional. Em alguns documentos podemos encontrar a Orientação Educacional sob o nome de Coordenação de Orientação Educacional, no entanto optou-se por padronizar sua referência com a nomenclatura Serviço de Orientação Educacional (SOE), também presente em muitos dos documentos.

<sup>11</sup> O documento não está datado, no entanto justifica-se sua utilização aqui por estar arquivado dentro de uma pasta com a especificação dos anos 1972-1975.



Na construção do Plano Curricular de 1972 do CEP, o quarto ponto a ser discutido foi o Serviço de Orientação Educacional. Ao descrever o que é orientação educacional, o Plano Curricular se atém a conceituar o termo por meio de autores como Maria de Lourdes Souza Pereira, Maria Amélia Azevedo Goldberg e Oswaldo de Barros Santos. Baseado na visão desses autores entendia-se a orientação escolar como um método pelo qual se ajuda o aluno (na escola) a tomar “consciência” de seus valores e dificuldades, explorando-os e superando-os para chegar numa auto-realização nos planos da “vida escolar, familiar, social e espiritual”, realizando opções e “ajustamentos inteligentes”. Enfatizava-se a importância de diferenciar o trabalho da orientação educacional (voltada para o atendimento ao aluno) da orientação pedagógica ou didática (que atendia professores).

Acreditava-se que a ajuda ao aluno se dava mediante princípios e normas, por meio de técnicas específicas. Os dados fornecidos e interpretados serviam de informação ao corpo docente e à direção do colégio para conhecer as necessidades e possibilidades dos alunos.

Questões como envolvimento (cooperação) e escolhas conscientes foram abordadas com frequência, demonstrando a preocupação de conduzir os alunos a uma vida harmoniosa e a orientação vocacional, que seria o encaixe profissional do futuro trabalhador na sociedade.

As leis, as normas e os decretos estavam impostos. Mas de que maneira a escola iria atuar para atender às exigências? Seria tarefa da equipe de orientadores pedagógicos preparar estratégias de atuação para fazer cumprir suas atribuições. Vamos acompanhar os projetos e formas de atuação do Serviço de Orientação Educacional (SOE) do Colégio Estadual do Paraná no período compreendido entre 1968 a 1975, recorte que já foi justificado, visando averiguar se houve e quais foram as mudanças no trabalho pedagógico, tendo como eixo norteador a implementação da Lei 5.692/71, fazendo-se um trajeto temporal para melhor compreender como foram se estabelecendo as estratégias utilizadas pelos orientadores educacionais. Não se pretende com isso remeter a uma história linear e progressista mas, ao contrário, verificar rupturas e permanências, pontos contraditórios ou não em relação às orientações legais e os documentos internos do CEP.

## 2.2 Antes da Lei 5.692/71: principais atividades da Orientação Educacional

A Orientação Educacional do Colégio Estadual do Paraná, entre os anos de 1968–1970, recebia o nome de Coordenação de Orientação Educativa e estava subordinada diretamente à Divisão Educacional, que também englobava a Coordenação de Docência, Coordenação de Experimentação Pedagógica, Coordenação de Atividades Para-Escolares, Coordenação de Educação Física, Coordenação de Escolinha de Arte e Coordenação de Recursos Áudio-Visuais, como previsto no artigo 17º do Regimento interno aprovado em sessão nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de junho de 1966.

Durante esses anos o trabalho da Orientação Educativa, ou Orientação Educacional, estava voltado para nove tipos de trabalho específicos: entrevistas, reuniões, contato realizado com coordenadores de disciplinas, dinâmicas de grupos com alunas, psicometria, sociogramas, estatística, fichário e assistência escolar. O anuário Estatístico do CEP de 1970 fornece algumas informações sobre a atuação da Orientação Educacional. Apesar de não se ter a descrição das atividades realizadas, há dados quantitativos que sugerem as estratégias de ação dessa coordenação. Porém, antes de nos dedicarmos à verificação do trabalho da Orientação Educacional, faz-se necessária a caracterização do corpo discente do CEP, para que o leitor compreenda a abrangência do atendimento realizado.

QUADRO 3 – CORPO DISCENTE: Número de alunos matriculados no início do ano segundo sexo e turno.

Anos	Número de alunos											
	Manhã			Tarde			Noite			Total		
	Mascu- Lino	Femi- nino	Total	Mascu- lino	Femi- nino	Total	Mascu- lino	Femi- nino	Total	Mascu- lino	Femi- nino	Total
1968	1671	-	1671	-	1594	1594	1124	104	1228	2795	1698	4493
1969	1761	-	1761	-	1663	1663	1191	145	1336	2952	1808	4760
1970	1822	-	1822	-	1813	1813	1152	166	1318	2974	1979	4953

Fonte: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. *Anuário Estatístico do Colégio Estadual do Paraná – 1970*. Curitiba, dezembro de 1971.

Os dados acima nos revelam que a maior parte dos alunos era do sexo masculino e sua presença era predominante nos períodos da manhã e da noite. Somente meninas estudavam à tarde e poucas freqüentavam o colégio noturnamente. Esse quadro justifica o gênero utilizado na escrita para descrever alguns projetos da Orientação Educacional do período da

tarde, os quais estavam voltados exclusivamente para as “alunas”. As estratégias de trabalho que se vê abaixo revelam as ações da Orientação Educacional segundo atividade, turno escolar e ano letivo.

QUADRO 4 – COORDENAÇÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA: Trabalhos executados segundo os turnos.

Especificação dos trabalhos		Nos anos de:							
		Em 31-XII-1969				Em 31-XII-1970			
		Manhã	Tarde	Noite	Total	Manhã	Tarde	Noite	Total
Entrevistas com:	Professores	359	109	75	543	536	167	79	782
	Pais	258	223	31	512	658	238	32	928
	Alunos	1199	824	122	2145	1759	776	624	3159
Reuniões com:	Professores	15	4	(-)	19	(-)	12	20	32
	Pais	318	12	-	330	48	7	(-)	55
	Alunos	34	107	34	175	150	116	97	363
	Equipe da orientação	2	17	7	26	10	32	8	50
	Representantes de turma	21	25	10	56	4	15	39	58
	O grêmio	5	10	11	26	14	2	3	19
Contato realizado com coordenadores de disciplinas		10	(-)	(-)	10	159	(-)	5	164
Dinâmicas de grupo com alunas		34	95	8	137	18	123	21	162
Psicometria	Testes aplicados	635	1063	192	1890	51	1132	198	1381
	Aconselhamentos vocacionais	217	376	10	603	(-)	517	130	647
	Avaliação de questionários	339	(-)	(-)	339	70	224	80	374
Sociogramas aplicados		45	50	(-)	95	54	52	3	109
Estatística	Levantamento de notas dos alunos com e sem média para confecção de gráficos	162	298	(-)	460	162	335	114	611
	Gráficos confeccionados	162	12	92	266	162	86	102	350
Fichário	Elaboração de fichas novas	791	235	(-)	1026	695	430	(-)	1125
	Atualização do fichário	(-)	(-)	12	12	54	480	(-)	534
Assistência escolar	Alunos atendidos	620	536	62	1218	17	29	5	51

Fonte: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. Anuário Estatístico do Colégio Estadual do Paraná – 1970. Curitiba, dezembro de 1971.

Vê-se notoriamente que o trabalho realizado pela Orientação Educacional do período da tarde registrou, tanto em 1969 como em 1970, um trabalho quantitativamente maior; além disso percebe-se um aumento na atuação de um ano para o outro.

O contato com os pais era realizado de duas maneiras, mediante entrevistas e reuniões. Foram atendidos em maior número os pais de alunos do sexo masculino, que

estudavam no período da manhã. Não se tem acesso aos motivos que levaram à convocação desses para comparecerem no colégio mas, possivelmente, entre outros assuntos, poderiam ser chamados para tratar de questões disciplinares de seus filhos, suas condições financeiras ou receberem orientações sobre como lidar com seus filhos e a educação<sup>12</sup>.

Os professores também eram convocados a participarem de entrevistas e reuniões, momentos que poderiam servir como Conselho de Classe, discussões sobre regimentos e projetos da Orientação Educacional. Também em relação ao corpo discente, eram realizados, apesar do número reduzido, contatos com os coordenadores de disciplinas. Essas coordenações estavam, em 1970, divididas em quatro áreas:

Área 1 –

1.1. Português, Latim e Grego, sob responsabilidade do professor Altamir F, Schimidt;

1.2. Inglês e Alemão – Professor Henrique Ens;

1.3. Francês, Espanhol e Italiano – Professora Eunice G. Pombo.

Área 2 –

2.1. Matemática – Professor Omar A. Diniz;

2.2. Ciências Naturais – Wagner Hage;

2.3. Física – Professor Joel M. S. Guardiano;

2.4. Química – Professora Luthegar C. Almeida (substituta);

2.5. Biologia – Professor Samuel Ramos Lago;

2.6. Desenho – Professor Walter Hoerner (substituto).

Área 3 –

3.1. Geografia – Professora Iolanda Siqueira;

3.2. História – Professora Luimar C. Lenz César;

3.3. Filosofia, Estudos Sociais, Organização Social Política Brasileira – Professora Maria Olga Mattar;

3.4. Educação Moral e Cívica – Professor Teobaldo L. Kletemberg (Assessor da Coordenação).

---

<sup>12</sup> Como se verificou em projetos nos anos de 1971-1975, que serão abordados no próximo capítulo, na descrição sobre a Escola de Pais).

Área 4 –

4.1. Educação Técnica Manual, Educação Artística, Educação para o Lar, Artes Industriais e Educação Técnica Comercial – Professora Eloah Guimarães Almeida;

4.2. Educação Física – Professor Jorge Lombardi.

Os alunos eram acompanhados mais de perto por meio de reuniões, entrevistas, dinâmicas e testes. Já em 1969 eram realizados os aconselhamentos vocacionais, mesmo antes da obrigatoriedade desse serviço nas escolas, instituída pelo artigo 10 da Lei 5.692/71. Associados a esses aconselhamentos estavam a aplicação de testes e a avaliação de questionários.

Outro tipo de atendimento era a assistência escolar. Nérice lembra que uma das funções da Orientação Educacional era “assistir todos os educandos, desde os mais carentes, bem como os que não revelarem carências” (1976, p. 24). Em projetos posteriores a 1970, verificou-se que a assistência social atendia alunos que não estavam acompanhando o ritmo escolar em decorrência da baixa renda familiar. Os dados apresentados no Anuário Estatístico de 1970 revelam que o número de alunos com problemas financeiros não era insignificante: no ano de 1969, de 4760 alunos, foram assistidos 1218. No entanto, em 1970 a assistência ao aluno diminuiu grandemente para 51 atendimentos realizados no Colégio, que contava naquele ano com 4953 alunos matriculados.

A organização do que era realizado pela Orientação Educacional, ainda chamada de Orientação Educativa, é fator marcante. Todos os trabalhos eram registrados. Era realizado um levantamento das notas dos alunos e, a partir deste, gráficos eram confeccionados. Outra maneira de sistematizar o trabalho era a montagem de uma espécie de arquivo, um fichário contendo informações sobre alunos atualizadas quando necessário.

Com a Lei 5.692/71, as escolas passaram por processos de implementação da nova lei. Verifica-se nos próximos tópicos como o Serviço de Orientação Educacional do CEP realizou essas adaptações e quais foram as atividades presentes nas práticas do Colégio.

### **2.3 Estratégias e projetos: implementação da Lei 5.692/71**

A partir de 1972, os orientadores educacionais, que já haviam conhecido e discutido a Lei 5.692/71, começaram por meio de reuniões, regimentos ou projetos o processo de

implementação da lei. Em 1973 a Gerência de Orientação Educacional<sup>13</sup> elaborou um projeto de atuação para o ano de 1974, no qual justifica sua elaboração com o seguinte texto:

Considerando o novo posicionamento da Orientação Educacional face à Lei 5.692 e atendendo ao dispositivo do artigo 10º, que institui a obrigatoriedade da Orientação Educacional com aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, e a comunidade, o Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual, através da dinamização deste setor, procurará desenvolver um trabalho cooperativo de atendimento ao aluno, favorecendo seu ajustamento ao meio e possibilitando a opção consciente de uma profissão que permita sua efetiva participação e realização como pessoa (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Projetos 1.974.**, s/p).

Com a obrigatoriedade de que a Orientação Educacional fizesse um trabalho de aconselhamento vocacional, o Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual do Paraná, na tentativa de sistematizar seu trabalho, elaborou um projeto que visava a cooperação entre professores e a comunidade<sup>14</sup>, desenvolvendo um trabalho de atendimento ao aluno para favorecer seu ajustamento ao meio não somente escolar, mas ao ambiente da sociedade em que o aluno vive, já que a escolha de uma profissão é algo que interfere na vida do aluno principalmente após sua saída da escola e entrada no mercado de trabalho.

Continuando sua justificativa, o SOE pretendia dar a possibilidade ao discente de escolher uma profissão conscientemente, permitindo que ele efetivasse sua participação na escolha profissional, para alcançar a sua realização como pessoa. Num primeiro momento essa fala permite deduzir que o SOE estava preocupado com o conforto da escolha para o aluno, porém, mais do que isso, a escola estava preocupada com a sociedade a partir do momento que se alertava sobre a participação desse cidadão no convívio social. A escolha de uma profissão envolvia certas aptidões e interesses do aluno e era uma necessidade de fazer com que o ele se realizasse como pessoa, ou então tornar pessoas em cidadãos comprometidos com as necessidades da sociedade, que atendessem a demanda social de trabalho. O CEP estava comprometido com a “(...) missão de formar a juventude provendo o Estado e a Nação de jovens capazes e cumpridores do dever, a quem entregaremos os destinos do Paraná e do Brasil” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Anuário Estatístico do Colégio Estadual do Paraná – 1970**, s/p, 1971).

---

<sup>13</sup> Denominada posteriormente como Serviço de Orientação Educacional.

<sup>14</sup> Comunidade entendida aqui como o grupo de alunos e seus respectivos pais ou responsáveis.

Três objetivos maiores foram apontados nessa fase do projeto. O primeiro focava a importância de reunir informações sobre o aluno, codificando-as de modo a favorecer seu “ajustamento” no ambiente escolar, para então sondar aptidões e orientar o aluno na opção “consciente” de uma profissão. Ou seja, para encaminhar o aluno a um dos cursos do CEP, fazia-se necessário conhecê-lo para verificar se suas habilidades eram compatíveis ao curso oferecido. Aqui aparece mais uma vez a ênfase de que esta escolha deveria ser “consciente”.

O segundo objetivo estava direcionado para a necessidade de organizar, em cooperação com as coordenações das áreas específicas do conhecimento e empresas, possibilidades e programas de estágios para os alunos dos cursos que ofereciam uma habilitação. O último intento, apesar de parecer fora do lugar, se justifica: “entrosar o estágio dos alunos da Faculdade, curso de Orientação Educacional, com o trabalho do Serviço de Orientação Educacional” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Projetos 1.974**. s/p). Esse objetivo podia ter relação com a nova demanda que as universidades estavam lançando na sociedade, em decorrência da obrigatoriedade na lei de haver orientadores educacionais nas escolas. Com isso estudantes universitários deviam estar fazendo estágios em escolas que já contavam com esse serviço. Observado isso pelo CEP, procurou-se agregar esses estudantes no trabalho do SOE.

O item de número três do projeto se denomina Requisitos. Nele o SOE solicitava recursos materiais e humanos para poder desenvolver suas propostas. Como recursos materiais são solicitados espaços físicos (Gabinete de Orientação Educacional e um Gabinete para Orientação Profissional) e materiais como: fichário de profissões; bibliografia específica/folhetos/ revistas e monografia. Com esses pedidos pode-se notar uma preocupação por parte dos orientadores educacionais de conhecerem os aspectos teóricos da função, além de contar com materiais auxiliares para aprofundamento das questões que envolviam o ato de orientar alunos. Como recursos humanos, estavam trabalhando para a efetivação do projeto: os orientadores educacionais e o “pessoal de apoio” que seriam datilógrafas, arquivistas e estatísticos, que ao final do projeto realizaram uma tabulação dos resultados semelhantemente, como foi visto na estatística dos anos de 1968-1970.

O próximo ponto do projeto são as estratégias de ação, ou as etapas e atividades realizadas para dar conta dos objetivos propostos. Essas estratégias foram divididas em treze pontos:

1. Orientação individual;
2. Orientação de grupo;
3. Reuniões com pais, professores e coordenadores;
4. Dinâmica de grupo;
5. Conselhos de classe;
6. Sociometria<sup>15</sup>;
7. Fichário;
8. Orientação Profissional e Vocacional:
  - Profissiodrama
  - Sondagem de interesse
  - Acompanhamento
9. Conselho de representantes;
10. Escola de pais;
11. Aconselhamento de estágio;
12. Visita a empresas;
13. Assistência social ao educando.

Por fim, o projeto para 1974 declarava que a avaliação se daria por meio de acompanhamento e controle do trabalho, visando atender aos objetivos propostos de forma contínua. Abaixo se vê como o SOE desenvolveu suas estratégias de ação, ou seja, quais foram as formas de atuação aplicadas para que seus objetivos fossem alcançados e que a Lei 5.692/71 fosse implantada.

---

<sup>15</sup> Questionário entregue aos alunos para obter respostas sobre as inter-relações existentes no interior das turmas.



### CAPÍTULO 3

#### ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: CONDUTAS, COOPERAÇÃO E ESCOLHAS

Antes de iniciar a aplicabilidade do projeto era necessário que o SOE conhecesse o perfil das turmas com as quais estava trabalhando<sup>16</sup>. Sobre esse assunto não conseguimos, durante a pesquisa, encontrar nenhum documento (questionário) respondido ou uma estatística levantada, porém vamos analisar o modelo de questionário-base para levantamento do perfil de turma<sup>17</sup>. Esse questionário era entregue aos alunos, que não precisavam colocar seus nomes, apenas a série e o número da turma em que estavam.

As indagações presentes envolviam questões socioeconômicas sobre preferências de disciplinas e hábitos de estudo. Perguntava-se à aluna quais eram as suas três “matérias” (disciplinas escolares) preferidas e os motivos de sua preferência (assinalando as opções: personalidade do professor; facilidade em apreender; interesse; explicação clara; outros, quais?), e quais eram as três “matérias” nas quais se encontrava maior dificuldade, bem como os motivos (opções de escolha: desinteresse; dificuldade em entender; falta de base; relacionamento com o professor; outros, quais?). Com relação ao hábito de estudo e de comportamento, três perguntas eram realizadas: uma sobre o tempo de estudo diário (menos de uma hora; uma hora; duas horas; três horas, quatro horas; quatro horas; não tem horário fixo). Outra questão era sobre o relacionamento entre as colegas de turma, questionando se a convivência era “entrosada, inapta ou indiferente” e em terceiro lugar pedia-se para que a aluna avaliasse qual era o principal problema de sua turma (indisciplina em classe; falta de amizade entre as colegas; falta de entendimento com os professores; falta de atenção com as tarefas marcadas; outros). E para encerrar esse questionário, procurava-se saber as condições de moradia (tipo de construção e quantidade de peças) e a renda familiar da família.

---

<sup>16</sup> Havia um Fichário Cumulativo que visava manter o registro individual dos alunos. Esses dados serviriam de suporte para o trabalho do SOE e dos professores, no intuito, de conhecer melhor discutir sobre os problemas escolares dos alunos, possibilitando o estudo de casos que poderiam ser submetidos a “tratamentos especiais”.

<sup>17</sup> O questionário base para levantamento dos perfis da turma era destinado a uma turma exclusivamente feminina, pois ao se referir à convivência da turma as perguntas direcionam a respostas como “as colegas”. Apesar disso, acreditamos que esse modelo também servia de base para outras turmas do tipo mista ou somente masculina. (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Questionário base para levantamento dos perfis de turma**. s/d.)

Com esses dados, o SOE acreditava poder realizar um melhor desenvolvimento do projeto, pois conheceria um pouco as condições financeiras da família das alunas, saberia as preferências disciplinares (que indicariam tendências profissionais) e compreenderia um pouco das condutas das discentes. Tendo esses três pontos em destaque, vamos analisar as treze estratégias acima citadas, dividindo-as em três blocos principais: o envolvimento dos pais na escola; as orientações de condutas para os alunos; e a escolha profissional mediante testes.

### **3.1 Orientando condutas: verificando comportamentos**

Um dos objetivos do SOE era conhecer os alunos para melhor atendê-los; diferentes projetos foram planejados para alcançar esse intento e orientar as condutas do serviço no interior da escola.

Nem todas as famílias do CEP tinham grandes condições financeiras. A base para afirmar isso se encontra em um projeto denominado Assistência ao Aluno, no qual o SOE considerava que muitos alunos eram provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo e que possuíam dificuldades para continuar seus estudos (por não conseguir adquirir os materiais escolares solicitados). Quando um professor percebia que um aluno não estava acompanhando o ritmo da escola (financeiramente), deveria encaminhar o discente à Orientação Educacional para que esta o entrevistasse e avaliasse a documentação exigida. Essa documentação não está esclarecida no projeto, mas provavelmente seriam documentos que comprovassem a baixa renda familiar. Após a entrevista, um pedido de assistência era encaminhado para o Diretor do CEP, o qual deveria apreciar e dar um visto na documentação para liberar o financiamento que o aluno conseguiria por meio da APP<sup>18</sup>.

Realizado o levantamento sobre as questões financeiras dos alunos, os orientadores procuravam realizar uma sociometria e sobre este trabalho está registrado que

Todos os anos a Orientação Educacional dedica uma atenção especial à dinâmica dos grupos sociais naturais formados dentro da escola. Através da Sociometria, os orientadores ficam conhecendo as inter-relações existentes dentro de cada turma. Dessas inter-relações

---

<sup>18</sup> Apesar da fonte não explicitar o significado da abreviatura APP, acredita-se que se tratava da Associação de Pais e Professores.

destacam-se os líderes em diversos setores: afetivo, cultural [e] político. As lideranças políticas transformam-se no que costumamos chamar de “Representantes de Turma” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, *Sociometria*. s/d.).

O SOE proporcionava, no início do ano letivo (geralmente no mês de abril), uma conversa entre orientadores e alunos sobre o que é um líder escolar ou representante de turma, suas funções e responsabilidades. Naquele momento era enfatizado que o líder não poderia ser “um fiscalizador ou impositor de idéias”, visão exatamente oposta da que comumente era vinculada ao governo da ditadura militar. Após essa conversa, os alunos receberiam um questionário para indicar nomes de colegas como líderes de turma no sentido afetivo, cultural e político.

As perguntas eram bem direcionadas para se encontrar o resultado esperado. Para o levantamento da liderança política entre os alunos era perguntado: Qual a colega que você gostaria que representasse os interesses da classe? Para as relações afetivas e culturais os alunos eram questionados da seguinte maneira: Qual a colega que você escolheria para fazer uma excursão? Qual a colega que você convidaria para estudar em sua casa? Para cada resposta as alunas deveriam citar o nome de três colegas de classe.

Cada turma elegia três representantes e os pais desses alunos recebiam uma comunicação congratulando-os sobre a eleição do representante. Três alunos receberiam uma missão honrosa: representar sua turma. Nesse sentido, as instituições simbolizadas na figura de um representante (um grupo ou um indivíduo) tornam visível a existência de um grupo (CHARTIER, 1990).

A palavra conscientização estava presente nos diversos projetos elaborados pelo SOE e em relação às orientações sobre os representantes de turma não era diferente. Os orientadores educacionais procuravam uma “conscientização do trabalho de representantes de turma para atuação efetiva e harmoniosa no ambiente escolar” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Projeto da Reunião de Representantes de Turmas**, Curitiba: 10 de abril de 1973). Outro fator que chama atenção nos projetos é a intenção de dar voz ao aluno, mesmo que suas idéias depois fossem filtradas ou até mesmo inutilizadas.

No caso dos representantes de turma, após serem escolhidos foi-lhes solicitado que organizassem, em forma de painel, um esquema sobre as funções que deviam exercer. Esses

painéis seriam apresentados numa reunião no Salão Nobre do Colégio<sup>19</sup>, havendo também a discussão das propostas de trabalho em minigrupos para se chegar a uma conclusão geral de quais seriam as funções dos representantes. Tinha-se uma aparente democracia escolar, onde os alunos poderiam dar suas opiniões, no entanto a partir do que eles propuseram viria a cobrança, pois os orientadores tinham a incumbência de acompanhar o desempenho das funções dos representantes durante todo o ano letivo para a “constatação da validade do trabalho de conscientizá-lo de suas funções”. Pode-se entender que os alunos representantes de turma não eram escolhidos aleatoriamente; além de terem um perfil de liderança, possivelmente eram representantes que correspondiam aos interesses da escola. Nas reuniões, os orientadores poderiam conduzir a melhor maneira desses líderes de classes influenciarem os demais alunos para comportamentos considerados adequados, ou nas próprias palavras do SOE:

Para uma atuação racional do líder adolescente necessita de uma orientação no sentido de observar o grupo da aula, aproveitar as possibilidades de crescimento deste mesmo grupo. Sendo a atuação do líder mais abrangente, a orientação tem possibilidades através dele indiretamente, atingir maior número de alunos e desenvolver ao mesmo tempo o senso de responsabilidade do líder. O adolescente aceita melhor os padrões impostos pelo seu próprio grupo (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Conselho de Representantes**, p.1).

O SOE procurava maneiras de atingir o apoio dos alunos e uma das estratégias usadas foi utilizar outro adolescente para transmitir as informações, já que o aluno “aceitaria” melhor o padrão imposto e definido pela escola por meio da linguagem e orientação de um indivíduo de seu próprio grupo (discente).

O trabalho realizado pelos representantes de turma exigia responsabilidade. Tinham que realizar o esforço de relacionar problemas sociais, escolares e emocionais da classe, levantar possíveis soluções e compartilhar experiências de técnica de observação além de realizar uma auto-avaliação.

---

<sup>19</sup> O Salão Nobre do Colégio estadual do Paraná se apresentava como um lugar representativo de poder. As reuniões mais importantes eram realizadas nesse salão, que ostentava uma suntuosa construção. Como lembra Certeau, as estratégias visam relações espaciais (lugar de poder, lugares teóricos e lugares físicos, onde todas essas forças se distribuem), por isso “as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (1994, p.102).

Todo esse trabalho tinha um objetivo complementar: apresentar os dados coletados no Conselho de Classe, cujo foco principal era a discussão sobre os problemas e dificuldades das turmas, bem como a procura de solução para tais situações. Os participantes do Conselho eram: direção auxiliar, coordenadores, professores, orientadores e representantes de turma; e o local e horário eram determinados pela Divisão Educacional.

Para se obterem mais informações sobre os alunos (as quais eram registradas na ficha cumulativa do discente), a orientação educativa promovia dinâmicas de grupos, propondo alguns temas a serem debatidos em pequenos grupos e no grande grupo, para observar os posicionamentos dos alunos em relação a eles. Como a busca por liderança era uma constante, “à medida que os alunos se familiarizarem com as técnicas atribuir-se-ão ‘papéis’ aos componentes do grupo e introduzir-se-ão outras técnicas grupais” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Projeto de dinâmica de grupo**, s/d).

Apesar das cobranças feitas, os alunos aprovados em concursos internos tinham a possibilidade de visitar novos ares. As visitas programadas pelo SOE eram realizadas em parceria com a Coordenação de Atividades Paraescolares, que no ano de 1971 tinha como coordenador o professor Amílcar W. Silva. O calendário de aulas extras ou atividades paraescolares privilegiava três aspectos: aulas solicitadas pelos coordenadores de área; viagem prêmio para os sessenta alunos (30 meninos e 30 meninas) selecionados por concursos estabelecidos pela direção da escola; e por aulas ministradas por concurso realizado pela direção.

Dentre as atividades propostas estavam programadas visitas aos seguintes locais: Fundação Muller e Irmãos; Tecnologia da Cerveja; escola de Engenharia Química; Departamento Médico Legal; Planetário de São Paulo; Coleta de material de orla marítima; Estudo do evolucionismo – Museu do Rio de Janeiro; Estação de tratamento d’água; Hospital de Clínicas; Sambaquis do Paraná; Fábrica de Oxigênio Edi; Faculdade de Medicina; Escola de recuperação de menores; Philco; Volkswagen do Brasil; Refinaria de Petróleo Arthur Bernardes; Planetário do Rio de Janeiro; PUC do Rio de Janeiro; Fábrica de Cimento Portland; e Usina do Xisto. No mesmo documento que apresenta os locais a serem visitados durante o ano de 1971 é realizada uma súmula do trabalho executado em 1970, declarando que naquele ano teriam sido remetidos 30 ofícios, 42 aulas externas foram organizadas; 1782 alunos participaram da Coordenação de Atividades Paraescolares. O autor do documento ainda se

atém à minúcia de declarar que 5800 quilômetros teriam sido percorridos, realizados 4 telefonemas inter-estaduais e as despesas não feitas pelos alunos seriam de “Cr\$ 900,00 pelo CEP – Viagem a São Paulo/ Cr\$ 500,00 pelo CEP – Refinaria de Petróleo ‘Arthur Bernardes’; Cr\$ 700,00 doado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (parte da viagem a Foz do Iguaçu)”. Para um bom trabalho no ano de 1971, o professor Amílcar W. Silva solicita uma verba de Cr\$ 9.000,00 para efetuar pagamentos de viagens.

Cobranças e privilégios aconteciam simultaneamente. Cada qual com seus objetivos, mas com um fim em comum, orientar os alunos. Conhecendo o discente, o SOE sabia a maneira de atingi-lo. Conhecer as condições financeiras familiares, o perfil político, afetivo e cultural do aluno eram estratégias para implantar um controle sobre o ambiente escolar. Até mesmo as visitas são pensadas no sentido de direcionar a apresentação de diversas áreas profissionais aos alunos. No entanto, não bastava mobilizar somente o aluno em favor dos padrões da escola. Uma outra parte da comunidade escolar precisava ser alcançada para entrar num processo de cooperação com a Orientação Educacional: os pais.

### **3.2 “Um processo de cooperação”: o envolvimento de pais na escola**

A coordenação de orientação educacional do CEP, ao elaborar um projeto de reunião de pais justificou a importância dessa ação pelo contato destes com todos os orientadores do estabelecimento assim como com a direção da escola, afirmando que é “necessário que sejamos capazes de pensar juntos sobre aquilo que acreditamos ser verdadeiro em educação”. Para que isso acontecesse, acreditava-se que os pais deveriam estar bem informados sobre o funcionamento e organização da escola e que tivessem “objetividade na análise das características da comunidade escolar” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Projeto de reunião de pais**, 25 de abril de 1973.). Não se pode afirmar qual era a noção de educação que os pais presentes nas reuniões tinham, mas sabe-se que a Orientação Educacional procurava transmitir um modelo ou uma representação de uma boa ou “verdadeira” educação, reforçando o modelo de Colégio que o CEP tanto queria ostentar. Procurava-se um trabalho de cooperação entre escola e pais, para que ambos pudessem pensar juntos sobre as questões

educacionais e que os últimos estivessem informados sobre os objetivos e as estratégias do Colégio.

Ao planejar essa atividade o SOE procurava contemplar alguns intentos, como:

- A) Aquisição de uma percepção do desempenho funcional das secções<sup>20</sup> que são de acesso, utilidade e proveito ao aluno no que diz respeito à educação e à parte administrativa da escola.
- B) Divulgação da unidade e organização do sistema educacional do CEP, proporcionando um entrosamento mais direto entre os pais e os vários coordenadores.
- C) Aproximação maior dos pais, ante a visão da escola como um local ameno, humano, acolhedor e aberto à troca de idéias (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Projeto de reunião de pais**. Curitiba, 25 de abril de 1973.).

Como se leu acima, o SOE tinha por objetivos apresentar o funcionamento do colégio como algo acessível aos alunos, para entrosar o relacionamento entre pais e escola, e apresentar aos responsáveis o lado “ameno, humano, acolhedor e aberto à troca de idéias” que teria a escola. Pode ser que pareça contraditório falar de calma e proteção num contexto histórico como esse, quando o Brasil passava por repressões, perseguições e censuras<sup>21</sup>, no entanto, apesar do ambiente político, a escola ainda procurava ser um local confortável. Não sabemos ao certo até que ponto ela era tão harmoniosa, visto que o espaço escolar é um local de conflitos, no entanto a representação que procurava ser transmitida é essa.

As atividades a serem realizadas dentro do CEP eram encaminhadas de maneira quase que formal: eram elaborados ofícios para qualquer convocação que pudesse ocorrer. No

<sup>20</sup> Direção; Orientação Educacional; Escolinha de Arte; Educação Física; Biblioteca e uma Sala de aula; Relações Públicas e Protocolo; Secretaria; Divisão Educacional e sala de professores.

<sup>21</sup> O período da Ditadura Militar foi marcado pelos atos constitucionais que impuseram uma série de medidas repressivas. O golpe final contra os ideais democráticos foi deferido pela decretação do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968, durante a ocupação da presidência pelo general Arthur da Costa e Silva (governo de 1967 a 1969). O então presidente fechou o Congresso, investiu-se do poder de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. Uma das medidas ainda mais pungentes neste Ato Institucional foi à suspensão do *habeas corpus*, fato que agravou a situação dos presos políticos: presos sem flagrante delito, os acusados de crimes políticos permaneceriam no cárcere conforme a arbitrariedade do governo. De modo diferente dos demais Atos Institucionais, a criação do AI-5 não possuía prazo de vigência, tendo este Ato durado então até o ano de 1979. Compreendido entre os anos de 1969 a 1974, o período da presidência do general Emílio Garrastazu Médici (ex-chefe do Serviço Nacional de Informações) tratou-se de um dos mais violentos e repressivos do período militar. Em seu discurso de posse, Médici prometeu a restauração da democracia nacional. Porém, com o poder do Estado fortalecido através do AI-5, nenhuma medida em direção à democracia foi tomada: ao contrário, a censura prévia foi estabelecida em todos os meios de comunicação. Os órgãos de repressão política firmavam ainda mais sua autonomia de ação: os DOI-CODIs (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna) eram utilizados contra quaisquer opositores ao governo militar. Ao mesmo passo, movimentos de luta armada intensificavam-se pelo país (COIMBRA, 2001; CUNHA & GÓES, 1988; FICO, 2004; MATHIAS, 2004)

primeiro ofício feito nesse caso solicitou-se que cada secção do colégio comparecesse na reunião para explicar suas funções aos pais; outro foi enviado aos departamentos para dar entendimento sobre a mensagem que seria transmitida (ênfatizando que deveria ser clara e objetiva). Talvez por causa do tamanho do CEP e de suas diversas divisões funcionais, outra estratégia realizada pelo SOE foi entrar em contato com a Secção de Relações Públicas para conhecer melhor a estrutura funcional e unificada da escola, ou seja, os orientadores educacionais procuravam estar aptos para responderem todas as perguntas que poderiam surgir na reunião com os pais.

Foi realizada, numa etapa posterior, a redação dos convites aos pais, nos quais constavam os objetivos da reunião, data, horário e sua forma de realização. Para o momento da reunião estava prevista a confecção de vários cartazes espalhados pelo colégio, contendo mensagens de boas vindas e acolhimento. A provável execução estava dividida para dois dias de reunião (separando o fluxo de recepção das séries), e deveria acontecer no Salão Nobre e nas demais secções do colégio. Estariam presentes nessa reunião e teriam a oportunidade de explicar o seu trabalho em três minutos as seguintes secções do colégio e na respectiva ordem: Direção; Orientação Educacional; Escolinha de Arte; Educação Física; Biblioteca e uma Sala de aula; Relações Públicas e Protocolo; Secretaria; Divisão Educacional e sala de professores. Após as apresentações serem realizadas, os pais visitariam essas secções em companhia do orientador educacional da turma de seu (s) filho (s).

Durante o percurso das visitas, os orientadores deveriam observar as reações dos pais para tentar diagnosticar o alcance dos resultados previstos e aplicar um questionário aos pais contendo as seguintes questões: 1. O contato que os senhores mantiveram com a escola pode possibilitar uma visão do sistema funcional: (completa, superficial, insuficiente); 2. Este encontro serviu para maior aproximação entre as famílias e a escola: (sim, não); 3. Contando com sua colaboração, solicitamos sugestões para as próximas reuniões. Apesar de todo esforço de integração acredita-se que nem todos os pais compareceram na reunião, o que se deveu ao horário estabelecido – às 14 horas – momento em que muitos poderiam estar trabalhando, já que a clientela do CEP não era homogênea e atendia diversos grupos sociais. Dessa forma, é provável que alguns pais não tenham podido comparecer por motivo de trabalho ou outras razões.



Havia uma preocupação em integrar pais/escola/alunos. Wrege ressalta que a preocupação com a orientação familiar surge pelo “problema de pais ausentes nas escolas, sem tomarem conhecimento ou mesmo participarem, na escola, de algo que diz respeito mais do que a outros: a formação de seus filhos” (IN: PENTEADO, 1976, p.102).

Por esse e outros motivos, outra atividade planejada para envolver os responsáveis pelos alunos era a Escola de Pais, definida pelo SOE como “uma organização mundial de caráter leigo, servindo aos pais que se preocupam com a formação de seus filhos. Uma das características é a promoção de cursos e palestras de cunho educacional” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Ante Projeto – Escola de Pais**. s/d).

Alegando que o jovem sofre influência de três “forças” – escola, família e meio social – que devem estar interligadas para ajudar no amadurecimento do jovem e na atenuação dos conflitos das gerações, o SOE sentiu a necessidade de motivar algumas famílias a participarem da Escola dos Pais. A Orientação educacional ficaria responsável por realimentar grupos de pais interessados na Escola de Pais, sondar interesses em assuntos, planejar programas, escolher um casal coordenador (acredita-se que seria um casal, pais de alunos que mantivessem um padrão de modelo familiar nos moldes da sociedade da época) e representantes do colégio. Outra parte do trabalho estaria destinada à Associação de Pais e Mestres do Colégio (APM) Estadual do Paraná e esta estaria responsável pelas inscrições para cursos e palestras; recolhimento de donativos e contribuições; envio de convites e folhetos de propaganda e pagamento de conferencistas, bem como as reservas de locais e horários.

Tem-se uma preocupação em orientar os pais sobre os assuntos escolares e sobre seus filhos. Dessa forma, a APM teria tarefas efetivas dentro da escola para contribuir com a integração, ou melhor, com a cooperação dos pais. Uma vez que se conhecessem a escola e atendessem os seus filhos, por consequência enviariam alunos mais conscientes de seu papel na escola e estes dariam menos trabalho (pelo menos comportamental) para a instituição escolar.

### 3.3 Por escolhas “conscientes”: a Orientação Vocacional

O artigo 10 da Lei nº 5.692/71, além de instituir a obrigatoriedade da Orientação Educacional incluía como sendo função da escola o aconselhamento vocacional. Segundo Nérici, a orientação vocacional e a orientação profissional significam a mesma coisa, ou seja, além de a escola contemplar as necessidades, interesses e aptidões dos alunos, a Orientação Vocacional deve influenciar “para que se decidam por aquelas atividades profissionais necessárias ao desenvolvimento econômico, social, científico, cultural etc. da comunidade.” (1976, p. 86). Continuando suas descrições sobre os intentos da Orientação Vocacional, Nérici delimita cinco objetivos norteadores do trabalho do orientador educacional, os quais seriam:

- 1- Orientar o educando para que conheça suas aptidões, interesses e aspirações, ligados a um propósito de vida. Em outras palavras, conhecer as possibilidades bio-psicossociais dos educandos;
- 2- Dar a conhecer a realidade de trabalho do meio, que pode ser feito através de:
  - informações sobre oportunidades de emprego na localidade;
  - informações quanto às profissões locais e nacionais e perspectivas de emprego das mesmas.
- 3- Dar a conhecer as aptidões e habilidades necessárias para o exercício de cada profissão.
- 4- Dar a conhecer os caminhos para formação adequada de habilitação para o exercício das diversas profissões.
- 5- Orientar para que o educando escolha a profissão que melhor se lhe ajuste (NÉRICI, 1976, p. 88).

O Plano Curricular do CEP de 1972 destaca como um de seus pontos o desenvolvimento do processo de Orientação Vocacional. A menos de um ano de sua oficialização pela Lei n.º 5.692/71, ela passa a ser “produto do processo educativo global, deixando de ser receita do trabalho do especialista” (Colégio Estadual do Paraná, **Plano Curricular -1972**. s/p). Cabia ao orientador educacional realizar um trabalho junto aos professores no sentido de levá-los a conhecer os objetivos da Orientação Vocacional e ajudá-los a entender como esta poderia oferecer ao aluno uma abertura de escolha profissional, além de promover um conjunto de atividades juntamente com os professores (visitas, projetos, entrevistas, etc.). Esses objetivos revelam a preocupação da Orientação Educacional de primeiramente esclarecer ou até convencer os professores da função e importância que tinha o aconselhamento vocacional, para que estes pudessem ter conhecimento do assunto para transmiti-lo aos alunos.

Com a reforma do ensino de 1º. Grau, o aconselhamento vocacional tornou-se uma parte importante da Orientação Educacional. No projeto de orientação profissional do CEP de 1974, o SOE declarou que o primeiro passo para execução do projeto era motivar os alunos mediante técnicas de profissiodrama<sup>22</sup>, cuja necessidade se revelava para “preparar o adolescente para enfrentar os acontecimentos futuros, o desenvolvimento da sensibilidade nas relações inter-pessoais e a resolução de problemas de relação inter-pessoal, passada, presente e futura” (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, **Atividade Orientação Profissional**, 1974, fl. 1).

Uma das técnicas utilizadas pelo SOE para fazer com que os alunos escolhessem um curso era uma espécie de teatro sobre o exercício de profissões. Para explicar para os alunos a importância da vida profissional, o serviço os levava a imaginar como seria uma vida ocupacional por meio de um “teatrinho”. Escolhia-se um aluno para representar uma profissão e este recebia o apoio de mais dois ou três colegas em papéis auxiliares. Os orientadores educacionais ensaiavam a representação fora da sala de aula para apresentar o “profissiodrama” para a turma, que logo após assistirem o teatro se reuniam em grupos de cinco ou seis alunos para discutirem sobre a profissão. Neste momento de discussão em grupo, o SOE lançava duas perguntas para os alunos: 1) O que acharam da escolha profissional feita pelos colegas quando representaram? 2) Quais as providências, precauções e cuidados a tomar na escolha de uma profissão? As respostas do grupo eram levadas para toda a turma no intuito de serem discutidas para auxiliar na escolha dos cursos oferecidos pelo Colégio.

O segundo passo era elaborar um programa especial de informação aos alunos sobre profissões e cursos profissionalizantes da comunidade. Quando o aluno estivesse no último ano do curso fundamental, o SOE realizava uma sondagem de interesses e aptidões diante da necessidade de escolher uma opção de curso profissionalizante de segundo grau.

Para o SOE, a maioria dos adolescentes desconhecia suas próprias inclinações pessoais e habilidades específicas. E mesmo os que já conheciam alguns dos próprios interesses, não sabiam relacioná-los com as áreas profissionais. Por isso escolher uma profissão seria algo “difícil”. O jovem necessitava conscientizar-se sobre a existência de suas

---

<sup>22</sup> Espécie de representação teatral na qual eram encenadas diferentes profissões: suas funções, providências, precauções e cuidados ao se decidir o destino profissional.

capacidades e relacioná-las com as áreas de trabalho e os cursos oferecidos<sup>23</sup>, assim “seria mais fácil, racional e objetiva sua opção”. O SOE acreditava que os alunos não tinham consciência de escolha profissional e que se não tivesse uma orientação clara e “racional”, os adolescentes não poderia decidir sobre o seu futuro.

Desde 1972 era realizada no CEP a Semana de Informação Profissional. Para esse evento eram convidados diversos profissionais, que palestravam aos alunos<sup>24</sup>. Procurava-se motivá-los a participar da semana por meio de conversas sobre conferências, de distribuição de tarefas (como encarregar turmas de convidar profissionais de uma área de trabalho), divulgação do evento em cartazes espalhados pelo colégio e propaganda divulgada pela imprensa. Os profissionais ficavam cada um em uma sala de aula e eram visitados pelos alunos conforme os interesses destes.

Outra maneira de orientar as escolhas profissionais era a “sondagem de interesses e aptidões”. Essa estratégia envolvia o preenchimento de um questionário que oferecia informações (em forma de porcentagem) sobre o grau de interesse e aptidões (raciocínio mecânico, raciocínio abstrato, relações especiais, habilidade numérica, rapidez e exatidão, uso da linguagem), posteriormente relacionados com áreas profissionalizantes. Os alunos seriam entrevistados para realizar uma auto-avaliação e verificar se suas justificativas coincidiam com a escolha apontada nos questionários. Ferretti afirma que a escolha vocacional envolvia diferentes fatores: econômicos, sociológicos, psicológicos, esquemas conceituais de escolhas e seleções ocupacionais. (In: PENTEADO, 1976, p.87-93). Pode-se entender que a Orientação Educacional procurava encaminhar os alunos aos cursos com os quais eles tivessem maior identificação de interesse e aptidões, no entanto fatores econômicos, por exemplo, poderiam impossibilitar uma escolha por afinidades. Poderia acontecer que um aluno, proveniente de uma família que não obtivesse muitos recursos financeiros, não pudesse se dedicar a uma área

---

<sup>23</sup> No ano de 1973 o CEP oferecia para o 2º. grau as seguintes habilitações: Assistente em Administração; Técnico em Secretariado; Laboratorista de Análises Clínicas; Desenhista de Arquitetura; Desenhista de Estrutura; Desenhista de Instalações Hidráulicas. Em 1974 o Colégio passou a oferecer mais quatro habilitações: Técnico de Edificações; Auxiliar de Escritório; Auxiliar de Processamento de Dados e Técnico em Prótese.

<sup>24</sup> A III Semana de Informação Profissional (1974) foi voltada para alunas das 4ª. séries no sentido de informá-las sobre diversas profissões e cursos profissionalizantes. “oportunidades de trabalho, condições de ingresso, vestibulares e outras informações de interesse das mesmas”. (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Atividade Orientação Profissional**. 1974. fl.3) Estavam previstos para esse evento gastos com folhetos, propaganda, cartazes, convites, ofícios e com a participação dos conferencistas.

do conhecimento em decorrência do alto custo de materiais, livros ou equipamentos solicitados pelo curso.

Além da preocupação com os alunos do CEP que precisavam escolher uma profissão, o SOE procurou atender alunos candidatos aos cursos de 2º. grau provenientes de outras escolas. O atendimento consistia em esclarecer o candidato sobre os currículos de cada habilitação para que o mesmo se conscientizasse dos cursos pelos boletins informativos sobre as habilitações (entregues no ato da inscrição) e por meio de convocações para palestras em datas que antecediam o exame de seleção.

Os esclarecimentos dados pelo SOE aos candidatos, que aconteceu a partir de 1974, foram justificados pelo significativo número de desistência dos cursos em 1973. Alunos sem uma conscientização prévia de sua escolha profissional geraram uma situação que

(...) veio a criar alguns casos que afetaram o bom andamento do serviço administrativo, pois, passados alguns dias, ou, às vezes, meses, os alunos procuravam a Orientação Educacional para mudarem de curso. Além disso, levantou-se a hipótese de que os alunos fossem informados e orientados na escolha da habilitação, encontrarão no curso maior motivação para freqüentá-lo, diminuindo assim o problema de evasão escolar nas séries iniciais do 2º grau (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Projeto de orientação para a seleção de opção.** 1974, fl. 1).

O processo de implementação da Lei nº 5.692/71 no CEP gerou uma atividade a mais para o Serviço de Orientação Educacional. O SOE teve a função de conscientizar professores e alunos sobre a importância da escolha profissional, não só pelo fato de encaminhar os adolescentes para um curso que tivesse afinidades com seus interesses e aptidões como também evitar que após um período de investimento nos estudos o aluno descobrisse que não gostava da área escolhida. Por isso as escolhas “conscientes” eram um dos objetivos a serem alcançados.

As fontes permitiram verificar que praticamente nada mudou no SOE depois da Lei 5.692/71. As práticas e estratégias de atuação continuaram sem grandes variações, havendo permanência de atividades como entrevistas, reuniões, dinâmicas de grupos, aconselhamento vocacional, aplicação de sociogramas, entre outras. No entanto, a Lei de 1971 veio reforçar a importância da Orientação Educacional (e Vocacional), legitimando suas práticas e reafirmando as ações desse departamento do CEP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por anos a historiografia brasileira tratou o período da Ditadura Militar no Brasil como sendo um momento apenas de repressões, censuras, torturas e dominação hegemônica do Estado. Em relação às leis que foram publicadas na época, os estudos direcionavam para uma forte intencionalidade governamental. Por esses fatores, ao iniciar esta pesquisa, cogitou-se a possibilidade de que a Lei 5.692/71 fosse um mecanismo do Estado para controlar o sistema educacional, impondo regras próprias para submeter a sociedade aos seus ideários.

No entanto, ao estudar a bibliografia existente sobre o assunto e revisitar as legislações anteriores ao período pesquisado, verificou-se, pelo menos em relação à Orientação Educacional, que as leis formuladas durante a Ditadura Militar não eram uma inovação sobre o tema, muito menos uma tentativa de imposição de padrões estabelecidos. Desde seus primórdios, a Orientação Educacional teve seus objetivos voltados para a orientação profissional e, conseqüentemente, já havia formas de aconselhamento vocacional para os alunos. Também sempre foi um dos focos a preocupação com as relações ensino-aluno-família.

As Leis 5.564/68 e 5.692/71 vieram, na verdade, para regulamentar uma prática que já vinha sendo desenvolvida na escola durante muitos anos, firmando obrigatoriedades e objetivos que no dia-a-dia do Colégio Estadual do Paraná (CEP) estavam sendo praticados. Dessa forma não se consegue enxergar uma manipulação do Estado em relação às orientações voltadas para o aconselhamento educacional e principalmente vocacional. Havia a necessidade de indicar aos alunos rumos profissionais voltados para as necessidades da sociedade, mas também ocorria a preocupação de que essa escolha fosse “consciente” e “voluntária”, para que a desistência do curso profissionalizante e da futura profissão não ocorresse.

Foram poucas as adaptações realizadas pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE) do CEP. O trabalho maior de adaptação da Lei de 1971 ficou para o processo de implementação de novos cursos profissionalizantes no Colégio. O SOE teve somente uma preocupação maior de envolver com mais frequência a participação de professores, alunos e pais, ou seja, dar maior ênfase ao que já estava realizando.

Uma estratégia de atuação foi a Semana de Informação Ocupacional, realizada a partir de 1972, com o objetivo de melhor informar acerca das profissões existentes; outra,

foram as apresentações teatrais realizadas pelos próprios adolescentes que encenavam possibilidades, cuidados e privilégios de uma profissão, podendo discutir os benefícios e os pontos desfavoráveis da escolha ocupacional.

Não se pode negar que o controle sobre os alunos estava presente. A escolha de representantes de turma foi um exemplo de que, apesar da aparente democracia de escolha e atuação, o SOE tinha o domínio da situação ao direcionar a escolha dos representantes, que seriam os olhos e a voz do SOE. Os olhos por estarem em contato com os demais alunos e poderem transmitir as informações cotidianas sobre alunos e professores para os orientadores educacionais. A voz, porque representavam os interesses do Colégio ao compartilhar com seus colegas de turma como deveriam ser suas ações, comportamentos e condutas internas.

Em relação aos pais viu-se que também havia uma preocupação de que estes fossem agentes de cooperação entre escola e família. Procurou-se orientar os pais sobre as funções do Colégio e sobre o comportamento e educação de seus filhos.

Não é objetivo desta pesquisa negar as medidas repressivas que realmente ocorreram durante a Ditadura Militar brasileira, mas minimizar o poderio de conspiração do Estado. Na verdade, em relação à Orientação Educacional não ocorreram mudanças com a Lei 5.692/71, nas normatizações do que acontecia na prática escolar de muitos colégios, entre os quais o CEP. Verificou-se que o SOE já oferecia um sistema de orientação educacional mesmo antes da obrigatoriedade da lei e que seus projetos privilegiavam três ações principais: a conduta dos alunos, assistida de perto por professores e orientadores; a cooperação da família no processo educacional e as escolhas profissionais realizadas pelos alunos. Em torno de todos esses objetivos manteve-se a necessidade de demonstrar uma representação de escola padrão para a sociedade mediante um trabalho sistematizado, organizado (por meio de regimentos e projetos) e “consciente”.

Considera-se que o SOE atendeu a todas as orientações legais (federais e estaduais) e a todas as indicações de atuação definidas internamente no CEP, realizando seu trabalho através de controles e concessões a alunos, professores e pais.

## FONTES

BRASIL. **Decreto nº 8.659**, de 05 de agosto de 1911 (Lei Orgânica).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.530**, de 18 de março de 1915.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 4.073**, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial).

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 4.424**, de 09 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário).

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 6.141**, de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 9.693**, de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 72.846**, de 26 de setembro de 1973.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.564**, de 21 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540**, de 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_. **Lei Provincial nº 33**, de março de 1846 (Assembléia Legislativa de São Paulo).

\_\_\_\_\_. **Lei Provincial nº 456**, de 12 de abril de 1876.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 79**, de 1962 (Conselho Federal de Educação).

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 137**, de 06 de junho de 1962 (Conselho Federal de Educação).

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 159**, de 14 de junho de 1965 (Conselho Federal de Educação).

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 3**, de 18 de março de 1892.

\_\_\_\_\_. **Decreto Estadual nº 1.859**, de 25 de março de 1943.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 170**, de 12 de dezembro de 1962.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 6.636**, de 29 de novembro de 1974.

\_\_\_\_\_. **Parecer Estadual nº 205**, de 1969 (Conselho Estadual de Educação).

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Regimento Interno do Colégio Estadual do Paraná**. Curitiba, s/d.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Colégio Estadual do Paraná**. Curitiba, 1970.



- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno e Regulamento da Coordenação de Docência das Coordenações de Disciplinas.** Curitiba, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Ante Projeto de Regimento.** Curitiba, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Plano Curricular.** Curitiba, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Implementação da Reforma de Ensino – Lei 5.692 no 2º Grau.** Curitiba, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Acompanhamento da Orientação Profissional.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Ante Projeto – Escola de Pais.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Atividade Conselho de Classe.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Atividade Conselho de Representantes.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Atividade Orientação Profissional.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Projetos 1974 – Gerência de Orientação Educacional.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Dinâmica de Grupo.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de orientação para a seleção de opção.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Reunião de Pais.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Reunião de Representantes de Turmas.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Questionário de avaliação do Conselho de Classe.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Questionário base para levantamento dos perfis de turma.** Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Questionário sobre a Semana de Informação Ocupacional.** Curitiba, 1974.

MOLTENI, M. G. D. ; RODA, M. L, & LACERDA, Y. **Ensaio de um modelo de estrutura de Gerencia de Supervisão Escolar.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Colégio Estadual do Paraná (datilografado), 1972, 34p.

## BIBLIOGRAFIA

ARCHANJO, L. R. **Gênero e Educação**: relações de gênero no Colégio Estadual do Paraná (1950-1960). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

ARAUJO, J. C. S. & JUNIOR, d, G. (Org.) **Novos tempos em História da Educação Brasileira**: instituições e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

CARVALHO, M. M. C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 329-353.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1: Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**. v. 5, n. 11, pp. 173-191, jan./abr. de 1991.

\_\_\_\_\_. **El mundo como representación**: estudios sobre a historia cultural. Barcelona: Gedisa, 1995.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

COIMBRA, C. M. B. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. In: **Psicologia**: estudos. Maringá: v. 6, n. 2, jul./dez., 2001.

CUNHA, L. A. & GOES, M. **O Golpe na Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DUARTE, S. G. **A reforma do ensino**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1972.

FARIA FILHO, L. M. A Legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.) **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 24, n. 47, 2004.

FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GATTI Jr. D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S. & GATTI Jr. D. (org.) **Novos temas em história da educação brasileira: instituições e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 3-24.

GONÇALVES, C. L. & PIMENTA, S. G. **Reverendo o ensino de 2º grau**: propondo a formação de professores. São Paulo: Cortez, 1990. Coleção Magistério – 2º Grau. Série Formação de Professores.

GUIRALDELLI, J. P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério – 2º Grau. Série Formação de Professores.

LINHARES, C. F. S. **A escola e seus profissionais**: tradições e contradições. Rio de Janeiro: Azir, 1997.

MATHIAS, S. K. **A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1990). São Paulo: UNESP, 2004.

MELLO, G. (Org.) **Educação e transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1989.

MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora UFPR. 2000.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **I Círculo de Estudos de Orientação Educacional**. Brasília: San, julho de 1976.

NÉRICI, I. G. **Introdução à orientação educacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

\_\_\_\_\_. **Introdução à orientação educacional**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, M. A. T. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. IN: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, p.51-75, jan/jun. 2002.

PENTEADO, W. M. A. (org.) **Fundamentos de orientação educacional**. São Paulo: EPU, 1976.

PIMENTA, S. G. **O Pedagogo na Escola Pública**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1991.

RAMA, L. M. J. S. **Legislação do ensino**: uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987. Coleção Temas básicos da educação e ensino.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná : 1846-1993**. Curitiba: Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, 1993. 132 p.

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO BASE PARA LEVANTAMENTO DOS PERFIS DE TURMA: 1974.....	49
ANEXO 2 – ACOMPANHAMENTO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: 1974.....	51
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO SOBRE A SEMANA DE INFORMAÇÃO OCUPACIONAL: 1973.....	52

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO BASE PARA LEVANTAMENTO DOS PERFIS  
DE TURMA: 1974

Série.....Nº.....

ESCOLARIDADE:

1. Quais as 3 matérias que você prefere?

2. Cite os motivos de sua preferência:

( ) personalidade do professor

( ) facilidade em aprender

( ) interesse

( ) explicação clara

( ) outros – Qual?.....

3. Quais as 3 matérias em que você encontra maior dificuldade?

4. Cite os motivos de suas dificuldades:

( ) desinteresse

( ) dificuldade em entender

( ) falta de base

( ) relacionamento com o professor

( ) outros – Qual? .....

5. Diariamente você estuda:

( ) – de 1 hora

( ) 1 hora

( ) 2 horas

- 3 horas
- 4 horas
- não tem horário fixo.

6. Assinale qual o problema de sua turma.

- indisciplina em classe
- falta de amizade entre as colegas
- falta de entendimento com os professores
- falta de atenção com as tarefas marcadas
- outros

7. Sua casa é de:

- madeira  apartamento  alvenaria  mista

8. Possui:

- até 2 peças  4 a 6 peças  7 a 9 peças  10 para mais peças

9. Você em relação a suas colegas se considera:

- entrosada  inadaptada  indiferente

10. A renda de sua família é igual a:

- 1 salário mínimo (Cr\$ 300,00)
- de 2 a 4 salários mínimos (até 1.200,00)
- de 5 a 7 // // (// 2.100,00)
- de 8 a 10 // // (// 3.000,00)
- mais de 10 // // (mais de 3.000,00)
- sem salário fixo

ANEXO 2 – ACOMPANHAMENTO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL:  
1974

COORDENAÇÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Nome:..... Turma:..... Série:.....

FICHA DE OBSERVAÇÃO

Durante a entrevista, o aluno:

- ( ) apresenta irresolução, indecisão quanto à escolha vocacional.  
 ( ) // confiança // // // //  
 ( ) // irrequietude, angústia // // // //  
 ( ) // calma, decisão // // // //

No final do processo, o aluno:

- ( ) aparece ainda conservar dúvidas.  
 ( ) // estar tranquilo quanto à opção vocacional.  
 ( ) // // contente com os resultados dos testes.  
 ( ) // // confuso.  
 ( ) // // decepcionado com os resultados dos testes.



### ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO SOBRE A SEMANA DE INFORMAÇÃO OCUPACIONAL: 1973

#### COORDENAÇÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Nome: ..... Turma: .....

Este questionário visa conhecer sua opinião sobre a sessão de hoje, com a finalidade de aperfeiçoar a próxima Semana de Informação Ocupacional:

1 – Você já possuía informações seguras, quanto às profissões focalizadas?

( ) muitas            ( ) poucas            ( ) nenhuma

2 – Quanto à sessão de hoje, responda:

- |  |         |         |
|--|---------|---------|
| - aumentou suas informações?                     | ( ) sim | ( ) não |
| - ajudou a sua escolha profissional?             | ( ) sim | ( ) não |
| - tornou definitiva sua escolha profissional?    | ( ) sim | ( ) não |
| - mudou sua escolha profissional?                | ( ) sim | ( ) não |
| - não lhe proporcionou as informações desejadas? | ( ) sim | ( ) não |

3 – Atribua notas de 0 (mínimo de agrado) a 10 (máximo de agrado) as sessões de hoje: \_\_\_\_\_

4 – Apresente suas críticas e sugestões para a Semana de Informação Ocupacional de 1973 (use o verso se for necessário).

Conferências assistidas: \_\_\_\_\_